



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

| | | | |
|--|---------------------|-------------------|-------------|
| CPI - VIOLÊNCIA CONTRA JOVENS NEGROS E POBRES | | | |
| EVENTO: Audiência Pública | REUNIÃO Nº: 0599/15 | DATA: 15/05/2015 | |
| LOCAL: Externa | INÍCIO: 15h46min | TÉRMINO: 19h35min | PÁGINAS: 81 |

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

CLAUDEVANE MOREIRA LEITE - Prefeito Municipal de Itabuna, Estado da Bahia.
CESLAU STANULA - Bispo de Itabuna.
MARCOS ANTÔNIO SANTOS BANDEIRA - Juiz da Vara da Infância e Juventude da Comarca de Itabuna.
JAIRO ARAÚJO - Vereador no Município de Itabuna.
MARCOS FLÁVIO RHEM DA SILVA - Presidente da Subseção de Ilhéus da Ordem dos Advogados do Brasil — Seccional da Bahia.
CARLOS ALBERTO SILVA JUNIOR - Ouvidor da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República.
YULO OITICICA PEREIRA - Ouvidor-Geral do Estado da Bahia.
NAILTON LIMA DE ALMEIDA - Pai do menino Nadson.
DAVI PEDREIRA - Advogado do caso Nadson e membro da Pastoral Carcerária.
THIAGO FERNANDES - Coordenador da Câmara Setorial de Juventude Território Litoral Sul.
WENCESLAU JÚNIOR - Vice-Prefeito de Itabuna.
EGNALDO FRANÇA - Representante do Grupo Afro Cultural ENCANTARTE.

SUMÁRIO

Debate acerca da violência contra jovens negros e pobres no Estado da Bahia.

OBSERVAÇÕES

Reunião realizada no Município de Itabuna, Estado da Bahia.
Houve intervenções ininteligíveis.
Houve intervenção fora do microfone. Inaudível.
Houve manifestação na plateia.
Há oradores não identificados em breve intervenções.
Há palavras ou expressões ininteligíveis.
Há falha na gravação.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Davidson Magalhães) - Boa tarde a todas e a todos!

Declaro abertos os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito da Violência contra Jovens Negros e Pobres.

Esta CPI foi instalada no dia 26 de março com o objetivo de apurar as causas, razões, consequências, custos sociais e econômicos da violência, morte e desaparecimento de jovens negros e pobres no Brasil.

Em 30 de março foi aprovado o Requerimento nº 5, de minha autoria, que requer que sejam realizadas audiências para levantamento de diagnósticos. Essa foi uma solicitação do Presidente Deputado Reginaldo Lopes, para que a gente buscasse informações, oitivas e diligências pertinentes ao trabalho da Comissão nos Estados.

Aqui, acompanham a Comissão Parlamentar de Inquérito funcionários da Câmara Federal. Toda esta sessão será gravada. Portanto, são muito importantes esses depoimentos. Eu e o Deputado Federal Bebeto somos os responsáveis, junto com o Deputado Federal João Bacelar, pelo acompanhamento e o relatório no Estado da Bahia. Portanto, eu o Deputado Bebeto vamos dirigir este evento. Nós gostaríamos que efetivamente fizessem silêncio, porque esses depoimentos, essas declarações são muito importantes.

Nós vamos fazer duas Mesas. Na primeira Mesa, vamos ouvir as autoridades da região, para ouvirmos as suas impressões e as suas abordagens sobre o problema da violência contra os jovens e negros. Na segunda Mesa, abriremos a palavra para representantes dos movimentos sociais e também vítimas ou parentes de vítimas dessa violência, para que, a partir daí, consigamos levar essas informações para o Congresso Nacional. Concluídas as duas Mesas, vamos estabelecer um teto e abrir inscrições, para que todos possam se posicionar.

Gostaríamos, inclusive, que as autoridades — estou vendo aqui a Prefeita Gilka, de Itajuípe, e já vi vários Vereadores — que forem participar da Mesa...

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Davidson Magalhães) - Nós vamos anunciar a presença dos Vereadores durante o evento.

Portanto, para dar início, esta CPI foi motivada...



(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Davidson Magalhães) - Companheiro, gostaríamos que você não perturbasse o evento, que é um evento oficial da Câmara dos Deputados.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Davidson Magalhães) - Você foi convidado, como toda a população. Espero que o senhor permita a realização do evento.

Nesse sentido, nós chamamos a atenção para o alto grau da violência que tem atingido a nossa juventude. Para se ter uma dimensão, em 2012, em 41 conflitos mundiais, na África, passando pelo Oriente Médio e pelo Cáucaso, foram assassinadas 37 mil pessoas. No Brasil, só no ano de 2012, foram 56 mil homicídios, dos quais 30 mil de jovens e, desses jovens, 77% de jovens negros e pobres. Portanto, nós estamos diante de um verdadeiro genocídio que está ocorrendo no nosso País.

Ontem foi divulgado o *Mapa da Violência 2015*, que traz alguns dados estarrecedores. Apesar de a população, de 1980 a 2012, ter crescido 61%, as mortes com armas de fogo cresceram 387% — e, na juventude, 460%.

Portanto, nós estamos diante de um problema gravíssimo que implica saúde pública. Como está havendo, digamos assim, um achatamento na nossa pirâmide populacional, em 2050 o Brasil será um país de pessoas de meia-idade. Portanto, vamos perder o bônus demográfico da juventude que nós temos agora. Esse problema da juventude também passa a ser um problema gravíssimo para o desenvolvimento econômico do nosso País.

Portanto, vou convidar para compor a Mesa o Bispo de Itabuna, D. Ceslau Stanula, a quem agradecemos pela presença; o Juiz da Vara da Infância e da Juventude, Dr. Marcos Santos Bandeira; o Prefeito de Itabuna, Claudevane Moreira Leite, o nosso Vane; o representante da Secretaria de Política de Promoção da Igualdade Racial, o Ouvidor Nacional, Carlos Alberto de Souza; o Dr. Marcos Flávio Rhem da Silva, Presidente da OAB de Ilhéus; o representante da Câmara de Itabuna, Presidente da Comissão de Direitos Humanos, representando a Câmara Municipal, Vereador Jairo Araújo. *(Palmas)*

Essa será, portanto, a primeira Mesa.



Nós vamos dar início a esta primeira Mesa, com o tempo máximo de 15 minutos a cada orador, com a prorrogação. Vamos pedir ao Prefeito Claudévane Leite que faça a abertura desta Mesa de autoridades. *(Palmas.)*

O SR. CLAUDEVANE MOREIRA LEITE - Boa tarde a todas e a todos!

Como Prefeito, quero agradecer a vinda desta CPI, nas pessoas dos Deputados Davidson Magalhães e Bebeto.

Itabuna e Ilhéus vivem um momento bom, um momento difícil nas duas administrações, mas um momento de entendimento. É importante dizer que, como todos sabem, para a nossa tristeza, a nossa cidade é uma das mais violentas deste País. Na última década, Itabuna tem estado a cada ano mais violenta. Isso nos preocupa. Por isso, é importante este momento aqui.

Quero saudar os Vereadores aqui presentes, a imprensa, todo o público. Não posso deixar de também cumprimentar D. Ceslau. Eu queria cumprimentar também o meu amigo Azevedo, ex-prefeito de Itabuna, e o Augusto Castro, que conheço desde menino — era traquina, no bom sentido.

Quero dizer que é muito importante esta sessão. Nós estivemos, juntamente com o Deputado Davidson Magalhães, em Brasília, conversando no Ministério da Justiça. Dr. Marcos Bandeira, a União, o Governo Federal vai lançar um pacto pela vida, para diminuir os homicídios. Eles estão sinalizando pouco mais de 70 cidades. Metade dos homicídios no Brasil está centrada em 77 cidades. E Itabuna vai, com certeza, aderir a esse pacto, para que possamos ter aqui investimentos e programas, para que possamos diminuir esses índices.

Eu quero ouvir as pessoas aqui e dizer que, com todas as dificuldades da Prefeitura, nós temos feito algumas políticas públicas, porque entendemos que não é só questão de polícia; entendemos que também tem que haver uma inclusão social, com políticas públicas.

Então, falando rapidamente, hoje nós temos aquele Programa Mais Educação, para escolas com mais educação. É aquela escola de tempo integral. Nós temos buscado sistematicamente aumentar, na nossa cidade, a escola de tempo integral. Nós temos ampliado bastante isso. Temos aqui na nossa cidade um instrumento importante, que é o Centro Pop, que atende moradores de rua. Já foram atendidas mais de 250 pessoas no Centro Pop.



Nós trouxemos também para Itabuna o *Crack, é possível vencer*, que deve estar em pleno funcionamento daqui a aproximadamente 60 dias. Esse *Crack, é possível vencer* é muito importante; é um programa do Governo Federal. Poucas cidades conseguiram trazê-lo. E nós conseguimos trazer o *Crack, é possível vencer*. Ele tem três vertentes: a vertente da prevenção, a do cuidado com o dependente químico e a da segurança.

Nós queremos também dizer, Dr. Marcos Bandeira e pessoas que estão aqui, que, neste momento, nós vivemos o maior programa social da história de Itabuna. Hoje nós temos duas casas das artes. Cada casa das artes é para 2.500 crianças. E temos o *Viva-a-Arte* também. Então, são programas de rede. E volto a dizer, com muita alegria, que esse é o maior programa social da história desta cidade e um dos maiores da Bahia, e que acontece agora em Itabuna. Então, a criança tem lá a aula de música, a cultura. Temos cursos de francês, inglês, espanhol, informática. Enfim, nós temos trabalhado muito na prevenção, porque eu acredito muito que precisamos prevenir. A criança e o adolescente não podem ser levados ao uso e ao envolvimento da droga. Normalmente, o uso de drogas está muito próximo da marginalidade. Hoje, o indicativo da violência na nossa cidade, Beбето, passa pelo uso e pelo tráfico de drogas. Então, com essas políticas públicas que o Município está desenvolvendo, a gente tem certeza de que a médio prazo a gente consegue frear essa violência crescente na nossa cidade.

Permitam-me rapidamente, pois estou terminando. Nós temos o maior programa também de recuperação de quadras, e a cidade tem visto. Há muitas quadras recuperadas e há outras quadras sendo construídas. Hoje, aqui em Itabuna, nós temos o maior programa de futebol da Bahia. Nós temos o projeto *Bom de Bola, Melhor na Escola*, que é o maior campeonato da Bahia. Reúne mais de duzentas equipes, mais de dois mil alunos. Então, a Prefeitura tem investido muito, como nunca, na história desta cidade, na prevenção da droga através de políticas públicas de inclusão no esporte, na cultura e no lazer.

Fizemos há pouco uma reunião com a presença do Dr. Marcos e da sociedade civil organizada. Depois daquela reunião proveitosa, nós fomos ao Secretário de Justiça da Bahia. E foi solicitado naquele momento que a gente reformasse a custódia, porque os menores estavam sendo detidos e não tinham



onde ficar. Nós, em poucos dias, reformamos a custódia e voltamos também, o que é uma coisa importante, com a patrulha do som. De lá pra cá, graças a Deus, com essas intervenções e com a intervenção também das Polícias Civil e Militar, nesses últimos meses tem diminuído bastante a questão da violência.

Então, Davidson e Beбето, quero dizer que esta CPI aqui em Itabuna é um marco para a nossa cidade. Com certeza, Itabuna vai aderir a esse pacto que o Governo Federal ensaia para sair nos próximos meses. Eu tenho certeza absoluta de que, com apoio do Governo do Estado, com apoio do Governo Federal e com os trabalhos que estamos realizando aqui em Itabuna, nós vamos conseguir vencer.

Aqui eu quero encerrar e dizer que eu sei que estou aqui diante de pais, mães, famílias e crianças. Nós precisamos ter muito cuidado com os nossos filhos. Eu sou um homem de 53 anos. Quando eu era adolescente e diziam que tinha um maconheiro ali, parecia o fim do mundo, porque não existia isso. *(Palmas.)* Eu me lembro muito bem disso na minha adolescência. Em São Paulo havia duas coisas, quando diziam que tinha um maconheiro ali: medo e curiosidade para se saber quem era aquele maconheiro. Ao mesmo tempo, tínhamos medo e curiosidade. Hoje, nossos filhos estão efetivamente em perigo nas escolas, nas esquinas. Então, eu recomendo aos pais que tenham muito cuidado com seus filhos, tenham muita atenção com seus filhos, deem tempo aos seus filhos. E quando eu digo para dar tempo é tempo com qualidade, para conversar e orientar. Mais do que nunca, os nossos filhos precisam efetivamente da orientação materna.

Então, eu tenho certeza de que este é um marco. Quero agradecer a sua vinda e a de Davidson. Com certeza, esta CPI foi aberta e vai trazer resultados aqui para a nossa cidade. Muito obrigado ao povo de Itabuna e às pessoas que estão aqui! *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Davidson Magalhães) - Antes de passar a palavra para o próximo orador, D. Ceslau Stanula, eu gostaria de registrar a presença dos Prefeitos Gilka Badaró, de Itajuípe, e Dute, de São José.

Quero convidar o Ouvidor-Geral do Estado e ex-Deputado, Yulo Oiticica, para compor aqui a nossa Mesa. *(Palmas.)*

Quero agradecer e registrar a presença do Deputado Estadual Augusto Castro; dos Vereadores César Brandão, Joílson Rosa, de Itabuna; Vereador Antonio



Cavalcante, Vereador Ronaldão, Tia Carmem; Paulinho, do INSS; Júnior Brandão, Nadson Monteiro; o Presidente da Câmara de Itapitanga, Joel Fernandes, Vereador Márcio, de Mascote; Vereador Pinguim, de São José; Vereador Nal, de Camamu; Vereador Nerival, de Ilhéus; Vereadora Valéria, de Itabuna; Vereador Ailson, de Itabuna; Vereador Vanio Gabriel, de São José. E Carlito do Sarinha e também o Vice-Prefeito Wenceslau Júnior e o Padre Francisco.

Durante o curso da audiência, a gente vai registrando.

Portanto, vou passar a palavra para o Bispo D. Ceslau.

O SR. CESLAU STANULA - Senhores e senhoras, o Papa Francisco é campeão de quebrar protocolos. Eu também vou segui-lo. Vou quebrar o protocolo, e, em vez de cumprimentar toda esta Mesa, pessoa por pessoa, eu queria cumprimentar a todos, tanto a Mesa aqui, como a daqui embaixo — mas é o mesmo nível — como a todos nós, senhoras e senhores. (*Palmas.*)

Nós estamos aqui todos iguais. Nós, autoridades que fomos colocados aqui, como também o povo, somos todos iguais. Todos somos igualmente vulneráveis àquilo que estamos sentindo e vivendo. Não quer dizer que o Prefeito e o Deputado sejam imunes até de receberem, infelizmente, uma bala perdida. Todos somos vulneráveis. Como nós vemos aqui na nossa cidade, uma mãe sai do supermercado, recebe uma bala perdida e morre, como tantos outros. Mas nós não viemos aqui somente para lembrar esses casos tristes que nós vemos no dia a dia. E, infelizmente — sublinho —, nos acostumamos e, até num certo sentido, acomodamo-nos com esta situação: “*Ah, aconteceu?...*” Um, dois dias, está na manchete, e no outro dia já esquecemos; a vida continua. Não pode ser assim. Não pode ser! Nós não podemos nos acostumar! (*Palmas.*) Nós não podemos realmente isso assumir: “*Ah, isso são os números. Isso acontece, mas não me atingiu a mim*”. Hoje não atingiu a você, mas amanhã pode atingir. Então, realmente nós não podemos ser insensíveis a esse fato.

Por isso, realmente, esta audiência — claro, somos realistas — não vai resolver o problema da violência. Foi colocado aqui como tema *Violência contra Jovens Negros e Pobres*, mas eu diria violência em geral, com especial, diríamos, assento contra os negros e pobres, porque esses não têm, infelizmente, nem voz nem vez. E por isso estão mais vulneráveis ainda.



Por isso, nós também não vamos encontrar aqui uma receita contra esses males. Não vamos encontrar ou, talvez, escrever uma receita que vamos dar para alguém, para o juiz, para o Prefeito; para a farmácia comprar. Não! Nós, aqui, não temos receita, pelo menos de imediato. Nós não temos receita que, de imediato, vai ser algo sarador. Nós temos que agora procurar justamente, que é aquilo que o Prefeito falava, algo que possa prevenir essa situação.

E, se permitem, já é muito positivo que nos incomodemos com essa situação, que se já criem os ambientes, as audiências, as CPIs justamente da violência. Já isso é bom. Mas não é suficiente. A CNBB, os bispos do Brasil também lançaram este ano como Ano da Paz. Por isso, haverá também vários movimentos de conscientização ainda em favor da paz.

Mas eu queria aqui colocar o que já é óbvio — mas parece que nos esquecemos, realmente — que o remédio, se nós queremos realmente acabar com a violência, ou melhor, eu diria, para que haja mais respeito pela pessoa humana, o que eu vejo como único caminho é a educação, a formação integral da pessoa humana, tanto na sua estrutura física como na sua estrutura moral, religiosa, espiritual.

Então, educação. E, nessa educação — permitam-me, que já termino, mas ainda o pensamento quero terminar —, eu colocaria, diríamos, no mesmo nível, mas em duas direções, primeiro, a família, a inadequação na família. Ninguém, ninguém neste mundo vai substituir os pais na formação! Ninguém, mesmo, vai substituir os pais! (*Palmas.*) Por isso, nós devemos ser sensíveis às ideias que, assim, aos poucos, estão infiltrando e detonando as nossas famílias. São as ideias de *gender*, como na Europa se conhece, mas que aqui se fala de gênero, onde a pessoa é desvalorizada em si mesmo, no seu ser, como homem ou mulher.

Eu acho que se deve respeitar a pessoa. Então, a família, continuo dizendo, a família destruída é a educação destruída. Família destruída é como se fosse um prédio de 20 andares, mas cuja fundação está ruída — ele cai. Cedo ou mais tarde, cai esse prédio. Por isso a família. E ninguém pode se isentar, quem é pai, quem é mãe, da formação, da educação.



E, segundo — o senhor permita-me ainda um instante —, ainda, direção, gente, professores, professoras, autoridades, escola... Escola é outra base de formação e não pode ser uma base de deformação. (*Palmas.*)

Por isso, só vejo aqui mais incentivo para a educação, para os professores e professoras. Permitam-me, e podem me condenar, mas eu, desde 45 anos que estou aqui, na Bahia e no Brasil, nunca vi que a prioridade fosse realmente prioridade à educação, que a educação fosse prioridade de todas as autoridades. Desculpem-me, mas eu acho que pelo menos os fatos o dizem: inicia-se o ano escolar, e os professores já estão fazendo greve. E a greve demora 2, 3, 4, 5 meses. Como pode? Só se podem recuperar alguns conhecimentos, mas a formação... A formação não se faz de forma revolucionária, mas pela evolução aos poucos. Por isso, temos de valorizar nossas escolas, valorizar nossos professores, nossas professoras, que estão realmente desvalorizados, primeiro, nas suas condições do trabalho, não tendo nem material sequer, e também no seu salário, e assim por diante.

Por isso, o apelo é para todos nós. Nossa sociedade e as autoridades que nós elegemos são também agora responsáveis justamente para, neste caminho, procurar, a longo prazo... Porque receita de imediato nós não temos e nem as autoridades aqui; nem o aparato policial tem receita para acabar de vez com a violência. Mas nesse sentido, pela educação a longo prazo, se formam cidadãos, se formam realmente pessoas humanas, e se cria um ambiente de paz, de família e de sossego.

Desculpem-me, se prolonguei a fala e estourei o tempo.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Davidson Magalhães) - Queremos registrar a presença, também, da Vereadora Suka, de Ubaitaba; do Vereador Leo, de Itajuípe; do Vereador Nadson Monteiro; do Vereador Marcus Vinícius, de Itabuna; do Ubirajara Nascimento, Superintendente da Caixa e da Loja Maçônica Areiópolis, Itabuna; do Agnaldo Batista, Presidente do Conselho do Idoso, e da Francis Rosa, do Conselho Tutelar de Itabuna.

Agora, passo a palavra ao Dr. Marcos Bandeira.



O SR. MARCOS ANTÔNIO SANTOS BANDEIRA - Permita-me cumprimentar a Mesa, na pessoa do Exmo. Deputado Federal Davidson Magalhães e Bebeto, timoneiro desta audiência pública. Na verdade, essa audiência nos enche de certa esperança para enfrentarmos um problema gravíssimo, que já vem se arrastando há algum tempo.

Eu gostaria de me apresentar não somente como Juiz da Vara da Infância, magistrado há mais de 26 anos e que lida com o problema da violência, principalmente da delinquência juvenil, cotidianamente, mas também como pesquisador.

A minha dissertação de mestrado na UFBA foi exatamente sobre a situação da execução de medidas socioeducativas em meio aberto aqui em Itabuna. E eu tenho informações muito importantes, de base científica, para que a gente possa ter um diagnóstico da problemática e, a partir daí, apresentar algumas alternativas ou algumas pistas do que a gente pode fazer para transformar essa realidade, ou minimizar esse grau de violência de Itabuna.

Na verdade, em 2009, Itabuna já era considerada a cidade mais violenta do País, apresentava, à época, o IHA, que significa Índice de Homicídio na Adolescência. Essa pesquisa foi realizada pelo Programa de Redução de Violência Letal, que foi criada em 2007 pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, em parceria com o UNICEF, com o Observatório de Favelas e com o Laboratório de Análise de Violência.

Àquela época, em 2009, Itabuna apresentou o índice de 9,84. Em 2010, repetiu a dose: cidade mais violenta do País. O índice aumentou para 10,59. Isso significa, em números, uma mortandade superior a 260 jovens, por ano, entre 12 a 18 anos. Essa pesquisa foi realizada em Municípios com mais de 200 mil habitantes.

Em 2014, foi apresentado um relatório relativo a 2012. E esse índice, que era de 10,59, passou para 17,11. Itabuna, mais uma vez, aparecia como a cidade mais violenta para adolescentes entre 12 a 18 anos. Então, não é uma coisa episódica, é uma constante que se verifica aqui em Itabuna.

Nós poderíamos encontrar algumas causas sociológicas. A região passou por uma crise do cacau; 250 mil famílias ficaram desempregadas, muitas pessoas sem qualificação. Algumas foram para cidades praianas: Ilhéus, Porto Seguro, Camaçari.



Mas muita mão de obra não qualificada ficou aqui e alguns partiram para a criminalidade. Essa é uma realidade.

Recentemente, nessa minha dissertação, nós construímos um perfil do adolescente de Itabuna vítima e também autor de ato infracional. Ele é do sexo masculino, o percentual é em torno de 92%, a 95%. Se bem que as mulheres agora também engrossaram um pouco a estatística, principalmente com relação a tóxico. Ele está na faixa etária de 15 a 17 anos; tem predominantemente cor negra e, depois, parda; tem baixa escolaridade, normalmente 1º grau, 5ª e 6ª séries, acelerado, e muitas vezes não sabe ler nem escrever — é um analfabeto funcional —; e aproximadamente há 2 ou 3 anos está fora da escola.

Quando você pergunta ao adolescente — eu o interrogo diariamente —, ele responde que está há 2 ou 3 anos fora da escola. Ele é pobre, a família vive com menos de um salário mínimo, e ele utiliza droga. Normalmente eles, quando são entrevistados — eu entrevistei dez adolescentes e seis pais —, dizem que usam maconha, às vezes cocaína. Ninguém admite que usa crack. Ninguém quer ser “noia”.

A maioria dos atos infracionais praticados por adolescentes entre 12 a 18 anos tem motivação patrimonial. Primeiro: roubo, furto, tráfico de drogas, aí envolvendo também associação para o tráfico e uso de drogas, e também o porte ilegal de arma, que tem relação com a questão de obter o lucro fácil.

Esse é o perfil do adolescente. Qualquer pesquisa que se fizer aqui em Itabuna vai bater com esse perfil aqui do adolescente vítima e infrator de atos infracionais. Hoje, Itabuna também é a comarca que mais encaminha adolescentes para cumprir medida de internação em Salvador.

E pasmem os Srs. Deputados aqui presentes, autoridades: apesar de todos esses números de Itabuna, a cidade mais violenta do País — não é da Bahia, é do País —, Itabuna não tem um investimento do Estado da Bahia, não tem um investimento do Estado da Bahia, porque as medidas em meio aberto são de atribuição do Município, e o Município aqui assumiu.

Existe um programa aqui, o Grapiúna Cidadão, que é referência, hoje, na Bahia. Esse é um dos programas que funciona bem em Itabuna. Mas aquilo que é de atribuição do Estado, segundo a Lei nº 12.594, a Lei do SINASE — Sistema



Nacional de Atendimento Socioeducativo, não há nenhum investimento do Estado. Ou seja, Itabuna deveria ter hoje uma unidade para internação de adolescentes infratores. Existe uma ação, julgada por mim, contra o Estado, que está em grau de recurso, para que sejam inseridos, aqui em Itabuna, recursos suficientes para a instalação dessa unidade de internação.

Como é que se pode falar em ressocialização? É um discurso vazio. Você pega um adolescente, manda para a Capital do Estado, distante 500 quilômetros do convívio familiar e comunitário, e como falar em ressocialização? É um discurso vazio.

Nós não temos semiliberdade, o que também é atribuição do Estado da Bahia. Não temos semiliberdade aqui. Nós temos em Conquista e em Teixeira de Freitas. Teixeira de Freitas não tem o décimo do movimento que tem aqui em Itabuna. E eu não digo só Itabuna. Eu incluo Ilhéus também, porque, se houver unidade aqui, vai servir à região toda: Ilhéus, Itabuna, Camacan, Itajuípe, Coaraci, todas as cidades circunvizinhas.

Na verdade, eu não vou me alongar. Eu só queria trazer esses números, com base científica, para que se pudesse traçar um diagnóstico aqui e, a partir daí, pensar em alternativas.

Mas o que eu quero dizer é o seguinte: nós temos três sistemas que são interligados. Nós temos o sistema primário, que é o sistema de políticas públicas; nós temos o sistema secundário, que é o sistema de promoção social; e nós temos o sistema terciário, que é quando o adolescente comete o ato infracional, quando ele pratica o crime.

Então, é o seguinte: quando os dois sistemas falham — o sistema de políticas públicas e o de projetos sociais —, aí aparece o adolescente infrator, e é o que acontece em Itabuna. Infelizmente, nós precisamos da implementação, aqui em Itabuna, de políticas públicas e de projetos sociais, mais ainda do que o que se vem fazendo, para que a gente possa ter uma cultura de paz.

Eu digo, como o D. Ceslau colocou muito bem, que a educação é o que transforma o homem, mas o jovem, que está em dificuldade, precisa de duas coisas: saber fazer as suas escolhas, através da educação, e de oportunidades. É o poder público que tem que criar oportunidades para que o jovem possa ingressar no



sistema de garantia de direitos e interromper sua trajetória criminosa. Se ele não tiver oportunidades, com certeza, não vai ser a redução da maioria penal, pegando esses jovens e colocando num sistema penal falido. *(Palmas.)*

Hoje, aqui em Itabuna, nós temos uma penitenciária que é uma bomba relógio. Ela foi projetada para 440 presos, 460 presos, e tem 1.200 presos. Então, a qualquer momento vai estourar alguma coisa. Imagine você colocar adolescentes, hoje, num sistema penal falido! Ele vai sair de lá com mestrado e doutorado em criminalidade, e a população vai sofrer mais ainda, porque a violência vai aumentar. Se ele praticava atos até de menor potencial ofensivo, vai sair de lá embrutecido e vai cometer crimes de mais alta gravidade.

Eram essas as minhas colocações. Parabênico aqui os Deputados Davidson Magalhães e Beбето pela iniciativa de trazer para Itabuna esta audiência pública, para que a gente possa realmente discutir essa problemática, abordar os vários olhares, para sairmos daqui com alguma coisa que possa minimizar esse quadro de violência em nossa cidade.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Davidson Magalhães) - Vou passar a palavra para o Vereador Jairo Araújo, nesta oportunidade representando a Câmara Municipal.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Davidson Magalhães) - Pois não. Pois não. Só 1 minuto, Vereador Jairo.

O SR. MARCOS ANTÔNIO SANTOS BANDEIRA - Se me permite aqui, é rapidinho. É só um dado que me passou e que é importante, também, para verificar a questão da mortalidade.

Aqui são adolescentes que estão respondendo a processo na Vara da Infância. Em 2010, nós extinguímos 44 processos por morte de adolescentes, 44 processos. Aqui pode acontecer assim: um adolescente está respondendo a mais de um processo. Então, nós temos aí em torno de 44 adolescentes que morreram em 2010 por morte letal.

Em 2011, foram 11 adolescentes que morreram. Apareceu a mãe com a certidão de óbito, e nós extinguímos o processo. Em 2013, foram 18 adolescentes,



cujo processo foi extinto em razão de morte letal, homicídio. Esses são alguns dados, só para complementar aquilo que eu gostaria de contribuir aqui.

O SR. JAIRO ARAÚJO - Boa tarde ao público presente! Gostaria de cumprimentar esta Mesa, em nome dos Deputados Federais Davidson e Beбето.

Gostaria, mesmo já tendo sido registrado, mas para valorizar a preocupação que esta Casa tem tido com a problemática da violência, de novamente registrar aqui a presença dos meus colegas Vereadores, que estão aqui no meu raio de vista: César Brandão, Soldada Valéria, Nadson Monteiro, Joilson Rosa, Cavalcanti, Carlito do Sarinha, Ronaldão, meu amigo Sousa, Zé Silva e Carmem do Posto. E está ali atrás no plenário, quietinho, o Junior Brandão.

Senhores e senhoras, eu estou Vereador nesta Casa e Presidente da Comissão de Direitos Humanos numa cidade em que os números não negam os problemas que nós enfrentamos. A gente está aqui num misto de, ao mesmo tempo, estar grato por ter em nossa cidade uma CPI, que investiga e quer traçar um raio-x da violência e desse genocídio que acontece no Brasil, e, ao mesmo tempo, triste por sedia-la em uma cidade com extrema violência. Talvez fosse melhor se estivéssemos discutindo outros pontos, do ponto de vista da cultura, do esporte, do desenvolvimento da nossa região, mas existe uma necessidade desse enfrentamento.

Em Itabuna, nós estamos pagando — e a sociedade também paga — um preço muito alto, porque, quando a violência atinge um jovem nesta cidade, o sentimento de vulnerabilidade toma conta de toda a sociedade. E a nossa preocupação é a de que, com todo o esforço que existe das autoridades, seja do Judiciário, seja das polícias, cada vez mais, existe uma naturalização dos números da violência em nossa cidade, o que nos preocupa cada vez mais, porque o discurso e as opiniões que nós ouvimos em Itabuna, Dr. Marcos Bandeira, é: *“Morreu porque tinha que morrer, morreu porque estava no local errado na hora errada.”* E o principal: existe uma dificuldade imensa de investigação e de apuração destes crimes. Existe uma naturalização, também, do ponto de vista do diagnóstico do fato de um jovem ter sido assassinado, e todas as divulgações que se faz são em torno de: *“Ó, morreu porque estava envolvido em tráfico de drogas”*. Então, a apuração



concreta e a resolução do assassinato é dizer que estava envolvido em tráfico de drogas.

Portanto, Srs. Deputados, nós consideramos uma iniciativa importante a Câmara dos Deputados se preocupar em andar pelo País não só para traçar esse diagnóstico da violência no Brasil, mas também para apontar estratégias do ponto de vista do combate.

E nos preocupa o fato de, ao mesmo tempo em que esta CPI, que tem percorrido o País, preocupa-se do ponto de vista dos dados concretos e de alternativas para amenizar o problema da violência, na Câmara dos Deputados, nós assistirmos a medidas extremamente conservadoras no Congresso Nacional, medidas essas que dizem respeito à redução da maioria penal para os adolescentes e também o fato de estar querendo rasgar o Estatuto do Desarmamento. (*Palmas.*)

Então, são coisas preocupantes! Querem fazer um discurso para a sociedade com soluções milagrosas que, no fundo, no fundo, nós sabemos que vão aprofundar a violência neste País em cidades como a nossa.

Portanto, Srs. Deputados, nós gostaríamos muito de agradecer pela presença e de contribuir para que Itabuna saia das estatísticas de uma das cidades mais violentas do País.

Nós esperamos que, ao mesmo tempo, respeitando e considerando o trabalho heroico das polícias, que têm o compromisso de combater a violência, porque também são pressionadas pela sociedade, tenhamos condições, cada vez mais, de respeitar os direitos humanos. Nossa juventude em Itabuna e no Brasil não pode continuar sem o direito de completar 30 anos, 35 anos de idade. É isso que acontece no País. É isso que acontece em Itabuna.

Sobre esse perfil da violência no Brasil e da violência em Itabuna, nós precisamos ter a coragem de dizer — os números da violência não aparecem nos bairros nobres de Itabuna, não aparecem nos bairros nobres de Itabuna — que a juventude assassinada em Itabuna é assassinada nas periferias da cidade. E tem cor essa violência (*palmas*): a cor negra.

Portanto, esta CPI tem uma tarefa importante de abrir este grande debate no País, para que a gente possa construir uma sociedade com uma cultura de paz, com



respeito à vida. Nós não podemos acreditar no discurso fácil de que o bom bandido é o bandido morto. Nós não queremos uma sociedade em que a gente tenha que contar, todos os dias, assassinatos, como a gente faz em Itabuna. Nós não queremos ter uma cidade em que, a cada final de semana, são assassinados 2, 3 jovens; em que todas as manchetes na imprensa fazem o diagnóstico de que esses jovens estavam envolvidos com o tráfico de drogas, como se não fosse necessário apurar e punir os responsáveis por esse genocídio que nós vemos.

Portanto, a gente gostaria muito de agradecer. A Câmara de Vereadores e os seus Vereadores se sentem muito orgulhosos por participarem deste debate. Espero que a gente possa aqui, de forma tranquila, principalmente, ouvir aqueles que sofrem as dores da perda dos seus filhos em plena juventude.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Davidson Magalhães) - Gostaria de registrar a presença, aqui, do ex-Prefeito Capitão Azevedo; de José Carlos Trindade, Secretário de Assistência Social; de Gilson Nascimento, da 5ª CIRETRAN; de Gilson Costa, Presidente do Sindicato dos Comerciantes; de Jorge Barbosa, Presidente do Sindicato dos Bancários; do Pastor Genilson, da Igreja Batista Teosópolis.

Jairo, dos homicídios no Brasil, apenas entre 3% e 5% têm identificados os autores, e apenas 3% são punidos. Nos Estados Unidos, são identificados 65% dos autores; na França, 80%; e, na Inglaterra, 90%. Então, é a cultura da impunidade.

Passo a palavra ao Presidente da OAB de Ilhéus, Marcos Rhem.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Davidson Magalhães) - Também.

O SR. MARCOS FLÁVIO RHEM DA SILVA - Muito boa tarde a todo o público presente. É uma satisfação enorme estar aqui, nesta tarde histórica, em Itabuna, cidade de meus pais, e na Casa do Povo, à qual eu tenho orgulho de ter pertencido. Fui Vereador em Ilhéus durante 8 anos, por 2 mandatos consecutivos, e atualmente dirijo a Subseção da OAB de Ilhéus. Trago o abraço do Presidente Luiz Viana Queiroz, Presidente do Conselho Seccional, que está reunido hoje, em Salvador — houve reunião do Conselho ontem e haverá hoje —, e do Presidente Marcus Vinicius Furtado Coêlho.



A OAB apoia essa iniciativa do Congresso Nacional, em especial da Câmara dos Deputados, em criar esta CPI. Agradeço, sensibilizado, aos Deputados Davidson Magalhães e Bebeto Galvão por terem vindo a Itabuna discutir este importante tema.

Davidson foi meu contemporâneo na antiga FESPI, atual UESC, e Bebeto, amigo de longa data. Eu tive a honra de apoiá-lo para que alcançasse votação bastante expressiva e estivesse representando dignamente não só Ilhéus como toda a região no Congresso Nacional.

Parabenizo aqui a população que veio prestigiar este evento. Trago um abraço, D. Ceslau, do Bispo Diocesano D. Mauro Montagnoli. Estive com ele esta semana em comemoração nos festejos de Nossa Senhora de Fátima. A OAB também estava presente. E temos uma parceira grande da CNBB e da OAB, principalmente na reforma política que está sendo discutida em âmbito nacional.

O Prefeito Vane também mostrou toda a sua preocupação com esses dados estarrecedores que nós estamos vivenciando. E enquanto ouvia os oradores que me antecederam, eu fiz uma pesquisa aqui na Internet e fiquei ainda mais estarrecido, não só com os números que o meu amigo Deputado Davidson Magalhães noticiou, quando da abertura dos trabalhos, como também com o que eu consegui buscar aqui. E gostaria de passar isso para vocês, porque é algo que nos deixa extremamente atônitos.

A taxa de homicídios entre 1980 e 2012 aumentou quase 150%, como o Davidson falou — foram mortas mais de 1 milhão e 200 mil pessoas, de maneira violenta —, e supera sensivelmente a de países que vivem em constantes conflitos bélicos. Nós não podemos permitir que isso aconteça.

Aqui, o objetivo desta audiência pública é ouvir todos vocês. A receita do bolo não está pronta. Os ingredientes serão fornecidos por vocês, para que os Deputados possam levar isso a Brasília. E, dando continuidade ao trabalho proposto pela CPI, que soluções sejam apresentadas para que nós minimizemos esses números alarmantes e consigamos diminuir esse índice de violência que existe, principalmente contra jovens negros e pobres no Brasil.

O custo do Governo com isso é algo também extremamente alarmante. Foram gastos 192 bilhões — bilhões, com a letra “b” —, em relação aos custos



sociais com a violência, sendo quase 115 bilhões decorrentes de mortes violentas. Isso, com certeza, impede que os jovens possam ter acesso a avanços sociais e econômicos, porque eles têm a vida ceifada de maneira prematura. Então, eu proponho aqui, de forma rápida, que exista uma divisão, uma responsabilidade compartilhada entre as três esferas de poder dos entes federativos: a União, os Estados e os Municípios.

Que nós consigamos buscar soluções conjuntas, para que o Brasil possa se desenvolver como países da Ásia — Cingapura, Coreia do Sul e outros países —, que cresceram, ao longo dos últimos 30 anos, porque investiram na educação. Temos que adotar medidas profiláticas, educando os jovens e qualificando os professores, como disse D. Mauro, para que tenhamos uma sociedade cada vez mais justa e voltada para o futuro.

Propomos isso e estamos à disposição de todos vocês. A OAB é parceira e gostaria de dizer que estaremos juntos, em Ilhéus, também, para ouvir tudo o que vocês tiverem para apresentar, para encaminhar ao Conselho Federal da OAB. Dentro de duas semanas, estarei reunido com o Presidente Marcos Vinicius Furtado Coêlho e levarei a ele as reivindicações, para que possamos, de forma conjunta, minimizar esse problema, a fim de que os jovens brasileiros consigam usufruir de tudo o que eles merecem e para que possam viver muito mais. A expectativa de vida no nosso País tem crescido muito, e não é justo que jovens tenham a vida ceifada de forma violenta, principalmente na nossa região.

Muito obrigado a todos pela oportunidade. Gostaria de me colocar à disposição de todos vocês.

Muito obrigado. Boa tarde a todos. *(Palmas.)*

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Davidson Magalhães) - Há um representante da OAB aqui que será colocado na segunda Mesa, o Davi Pedreira, que também é da Pastoral Carcerária.

Queremos registrar a presença de Carlos Lima, Luis Antunes e Diego, Diretores do Sindicato dos Policiais Civis do Estado da Bahia. Agradecemos a presença a vocês que fazem parte de um segmento importante para este debate sobre a violência.



Nossa audiência vem sendo acompanhada tanto pela Ouvidoria da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial como também pela Ouvidoria do Estado.

Passaremos a palavra aos dois Ouvidores para uma breve saudação. Depois, vamos compor a segunda Mesa, que será dirigida pelo Deputado Bebeto.

Passo a palavra ao Sr. Carlos Alberto Silva. Depois, falará o colega Yulo. Eles farão uma breve saudação, e depois começaremos a segunda Mesa. Logo após as Mesas, ouviremos todos os que vieram à audiência.

O SR. CARLOS ALBERTO SILVA JUNIOR - Boa tarde a todos e a todas. É com imensa satisfação que nós acompanhamos, Deputado Davidson Magalhães, esta CPI, porque entendemos que é um marco na nossa democracia e na cidadania ver a Câmara dos Deputados se debruçar sobre um problema que é endêmico na sociedade, a morte de jovens negros e pobres.

Inicialmente, eu gostaria de agradecer o convite para participar desta audiência. Deputado Davidson Magalhães e Deputado Bebeto, quero dizer que a Ministra da Igualdade Racial, Nilma Lino Gomes, está muito preocupada e pediu que acompanhássemos todas as audiências da CPI. Os nossos programas e as nossas ações estão sendo desenvolvidos *pari passu* com a Câmara dos Deputados e com o que as sociedades baiana e brasileira vêm precisando para que possamos ter efetividade nas nossas políticas públicas.

Além dessa saudação, eu queria um minutinho para trazer alguns dados, porque, em época de discussão sobre a redução da maioria penal, é sempre importante deixar nítido para a sociedade o prejuízo e o retrocesso para a nossa cidadania, para a nossa democracia, desses projetos que estão sendo votados na Casa Legislativa Federal.

O douto Juiz da Infância e da Juventude trouxe alguns dados que reforçam a nossa posição contrária à redução da maioria penal. Percebemos que a maior parte desses autores dos atos infracionais têm entre 15 e 17 anos, são negros e pobres, têm baixa escolaridade e cometem delitos patrimoniais — não são delitos contra a vida, são delitos patrimoniais. O que nós conseguimos perceber nisso é que faliu o sistema educacional, porque não permitiu que esses adolescentes estivessem na escola; faliu a questão da renda familiar — o trabalho —, porque esses



adolescentes não conseguem desenvolver renda, tendo uma profissão, tendo o seu primeiro emprego de adolescente aprendiz e muitas outras coisas. E percebemos que essa cor que está posta...

(O Sr. Presidente faz soarem as campainhas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Davidson Magalhães) - Desculpe-me. Quero só pedir um pouco de silêncio às pessoas, para terminarmos esta primeira Mesa. Ainda há a segunda Mesa, que tem depoimentos sobre as vítimas da violência, o que é fundamental para o trabalho da CPI.

Então, peço às pessoas que queiram conversar que não o façam aqui no plenário, porque o plenário é pequeno, e a audiência está muito grande. Peço essa colaboração.

O SR. CARLOS ALBERTO SILVA JUNIOR - Percebemos que o que falta para que esses adolescentes possam ter uma vida digna, uma vida cidadã, uma vida de oportunidades são políticas públicas, sejam elas no nível federal, sejam elas no nível estadual, sejam elas no nível municipal. E, por isso, a SEPPIR, junto com a Secretaria Nacional de Juventude, vem desenvolvendo um programa chamado Plano Juventude Viva, um plano que visa enfrentar a violência contra a juventude negra. Esse plano pretende oportunizar à juventude negra, cada vez mais, políticas públicas para estarem nos CEUs, na cultura de arte, para terem escolaridade, para terem a primeira oportunidade de emprego, para terem mecanismos de cultura, mecanismos que possam, cada vez mais, proporcionar a essa juventude uma oportunidade digna, uma oportunidade cidadã, e que não se repitam histórias de crianças como o Nadson — que nós acompanhamos na Ouvidoria Nacional da Igualdade Racial —, que foi vítima, infelizmente, do aparato policial estatal.
(Palmas.)

Não é possível mais que permitamos isso. E aqui não vai nenhuma condenação ao aparato policial, que tanto nos serve. Mas nós não podemos cair na ambiguidade de que esse aparato que tem que servir para proteger os cidadãos, para proteger a população, não pode ser ele que venha a vitimizar a população, que venha a vitimizar esse cidadão, um jovem negro — uma criança negra, nem jovem ele chega a ser. Ele era uma criança negra com futuro. Muitos desses jovens, muitas dessas crianças negras tiveram a vida ceifada, e isso não é possível mais.



Precisamos fazer uma reformulação, seja ela na segurança, seja ela na educação, seja ela na cultura, seja ela no trabalho.

Estamos, dentro do Governo Federal, cada vez mais, parceiros dos Governos Estaduais, parceiros dos Governos Municipais, para que possamos construir em conjunto uma circunstância mais favorável à nossa juventude negra, que permita a ela ter oportunidades.

Eu sou jovem negro — já me encaminho para o final —, tive oportunidade, hoje estou no cargo de Ouvidor Nacional da Igualdade Racial da Presidência da República. Quem sabe o Nadson não poderia ter sido um Ministro daqui a alguns anos? Então, a nossa juventude não pode ser ceifada dessas oportunidades.

Por isso, estamos desenvolvendo esses programas em Itabuna. A Ministra Nilma Lino, Prefeito, está vindo à Bahia. E, com certeza, ela deverá também ter essas conversas com o Deputado Federal Davidson Magalhães, o Deputado Federal Bebeto e outros da Bahia. É importante que o senhor veja o Plano Juventude Viva, que possamos implementar o Plano aqui no Estado.

Tivemos uma conversa com o Vice-Prefeito e já demonstramos isso a ele. Mas é importante que Itabuna possa assenhorear-se disso. A administração do senhor vem se mostrando preocupada com esse assunto, então, estamos à disposição.

No mais, Deputados, quero agradecer a oportunidade de estar aqui e dizer que nós estamos à disposição para juntos construirmos uma Itabuna melhor, um Brasil melhor para essa população, transformando a realidade dessa população tão sofrida, que é a população negra do nosso País.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Davidson Magalhães) - Nós vamos passar a palavra ao último orador desta primeira Mesa, registrando o dado importante de que a polícia brasileira é a que mais mata e a que mais morre. Isso dá um quadro da ineficiência da política pública de segurança no Brasil.

Passo a palavra para o representante da Ouvidoria-Geral do Estado, o ex-Deputado Yulo Oiticica, a quem agradecemos também a presença. Logo depois, o Deputado Bebeto vai compor a segunda Mesa de depoimentos e de participação dos movimentos sociais.



Agradeço também a presença à imprensa e aos funcionários da Câmara Federal que se deslocaram até aqui para viabilizar este trabalho da Comissão Parlamentar de Inquérito. Bem-vindos aqui à Bahia! Da próxima vez, vocês vão vir por um outro motivo mais agradável que não seja a morte dos nossos jovens e adolescentes.

O SR. YULO OITICICA PEREIRA - Deputado Davidson, Deputado Beбето, parabéns pela importante iniciativa, e não podia ser diferente a presença da CPI na cidade mais violenta para a juventude do Brasil.

Quero saudar o Dr. Marcos Bandeira, que não é só um magistrado de excelência, é um militante dos direitos humanos em defesa da vida. Portanto, nós nos conhecemos de boas e longas batalhas.

Quero saudar toda a família de Nadson Almeida e dizer que eu sei que esse *banner* deve estar muito pesado, porque o peso da impunidade nas costas daqueles que choram os seus não é nada leve. Esse é o nosso grande problema.

Este não é um debate novo. Davi Pedreira já está ficando careca, e eu me lembro dele muito jovem comigo na Pastoral da Juventude, fazendo este debate.

Quando denunciávamos que, na década de 90, a atuação de grupos de extermínio cresceu em São Paulo 39%, cresceu no Rio 41% e cresceu na Bahia 291%, muitos achavam, D. Ceslau, que isso era conversa da Pastoral da Juventude.

Em 2002, nós fizemos denúncia à Corte Interamericana, à Anistia Internacional e levamos um dossiê ao saudoso Papa João Paulo II, em Roma, em uma reunião com a Comissão de Justiça e Paz, lá no Vaticano.

Bobbio falava há tanto tempo atrás de se punirem os culpados, e o Brasil não consegue identificar os autores dos crimes. Esse é o problema central, Presidente da Comissão de Direitos Humanos. Nós não conseguimos identificar os autores dos crimes, porque quem está morrendo é jovem pobre e negro, como você falou. Esse é o grande problema. Até a Lava-Jato já conseguiu devolver alguns milhões de reais aos cofres públicos, porque conseguiu identificar autores dos desvios.

As mortes não acontecem praticadas por fantasmas. Elas têm autores reais, que matam, e matam todos os dias, estão impunes e por isso continuam matando. Nós não podemos aceitar que cada dia haja uma desculpa nova.



Agora há uma desculpa nova para matarem os jovens: o *crack*, as drogas. As drogas agora são as culpadas. E fizeram uma guerra contra as drogas, Ouvidor. Alguém conhece as drogas? As drogas matam? São as drogas que apertam os gatilhos, que praticam os homicídios? Ou essa guerra contra as drogas é mais uma desculpa para matar impunemente a nossa juventude? (*Palmas.*)

Portanto, esta CPI tem um papel central, que é ouvir, verdadeiramente, mais uma vez, infelizmente, o choro dos que sofrem a perda dos seus. Mas é preciso que faça um enfrentamento duro no Congresso, para que este Congresso reacionário... E não são poucos os que nos envergonham, defendendo a redução da maioria penal, dizendo que se resolve o problema da delinquência dos nossos adolescentes prendendo-os mais cedo.

Então, D. Ceslau, em vez de uma escola de qualidade mais cedo, pregam cadeia mais cedo. Exatamente para colocá-los, como disse o Dr. Bandeira, na universidade do crime, Davi Pedreira, que você conhece muito bem, que são os nossos presídios.

Reduzir a maioria penal é, mais uma vez, inocentar um Estado — e eu estou falando de um Estado de décadas e décadas, o Estado brasileiro — incapaz de garantir a vida de nossas crianças e adolescentes, um Estado que foi capaz de, com a participação da sociedade, fazer a lei mais copiada do mundo, que é o Estatuto da Criança e do Adolescente, mas que não consegue implantá-la. Aí querem inocentar o Estado e, mais uma vez, condenar os nossos adolescentes. (*Palmas.*) Aprovar a redução da maioria penal é criminalizar a infância pobre deste País.

Eu não tenho dúvida, Deputado Davidson, de que é árduo o trabalho de vocês. E esse trabalho só conseguirá ser exitoso se esta CPI produzir muito mais do que ações concretas, muito mais do que discursos filosóficos, construir um pacto entre Poderes constituídos, instituições e uma sociedade capaz de, na consciência, na organização ou, na marra, garantir o ainda retórico Estado Democrático de Direito no Brasil, uma democracia para todos.

Parabéns! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Davidson Magalhães) - Nós agradecemos a todos os que fizeram parte desta primeira Mesa.



Neste momento, esta Mesa será desfeita, para que possamos compor a segunda Mesa, sob a coordenação do Deputado Bebeto.

Registro a presença do Vereador Helinho.

(Pausa prolongada.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bebeto) - Retomando as nossas atividades, gostaria de agradecer imensamente a todos os convidados presentes a esta reunião e de dizer da nossa alegria de recebê-los nesta tarde.

Esta é uma reunião para a qual esta Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a violência contra a juventude negra deferiu, por requerimento do Deputado Davidson, oitivas na cidade de Itabuna, mas, sem sombra de dúvida, fazendo uma conclamação à comunidade regional e às autoridades regionais, para que dela pudessem participar.

Itabuna sedia e recepciona a nossa CPI — eu peço silêncio —, mas a reunião tem uma dimensão regional. Portanto, quero iniciar agradecendo a todas as autoridades presentes, às lideranças políticas da nossa região que já foram devidamente nominadas. E quero aqui fazer uma rápida saudação aos nossos Vereadores, ao ex-Prefeito Nilton, ao Prefeito Vane, em nome dos quais saúdo todas as autoridades presentes. E gostaria de agradecer ao querido amigo Deputado Davidson Magalhães.

Não poderia deixar de também nominar representações que se encontram entre nós: a do Sindicato dos Rodoviários de Itabuna; a do Sindicato dos Comerciários de Ilhéus; o Jorginho, do PSB de Ibicaraí; dirigentes da Força Sindical Regional; a Gilka, que já foi nominada; a Vereadora Suka, enfim, outras lideranças que, no decurso desta nossa reunião, serão identificadas, e nós aqui vamos por certo nominá-las.

Para que os senhores possam entender, a dinâmica que tem sido adotada por nossa Comissão é a de três Mesas. Na primeira Mesa, nós ouvimos pesquisadores; na segunda Mesa, nós ouvimos autoridades; na terceira Mesa, nós ouvimos as famílias das vítimas que sofreram qualquer tipo de violação.

Aqui nós preferimos um outro caminho para otimizar o tempo. Fizemos duas Mesas: a primeira Mesa, composta por autoridades; e esta segunda Mesa, composta por ativistas do Movimento Negro e familiares de vítimas da violência.



Portanto, nós vamos compor esta Mesa com essas personalidades, com essas representações.

Convido, para compor a Mesa, Thiago Fernandes, Coordenador da Câmara Setorial de Juventude Território Litoral Sul (*palmas*); Gilvan, Pastor da Igreja Batista Esperança, em Itabuna (*palmas*); Nailton Lima de Almeida, pai do menino Nadson (*palmas*); Wilson Lima, do Movimento Palmares (*palmas*); Wenceslau Júnior, Vice-Prefeito da cidade de Itabuna (*palmas*); o advogado Davi Pedreira, representante da OAB em Itabuna (*palmas*); e, por fim, Egnaldo França, representante do Grupo Afro Cultural ENCANTARTE. (*Palmas.*)

Composta, portanto, a Mesa, nós vamos seguir o mesmo rito. Vamos destinar 10 minutos a cada um dos participantes. No entanto, permitam-me fazer algumas observações.

Esta Comissão tem procurado se desincumbir de suas responsabilidades e buscado não cair na vala comum dos discursos que têm sido feitos no âmbito do Congresso Nacional, a partir da sua composição e no momento de crise que nós vivenciamos, ao tratar de uma agenda que tem uma dimensão regressiva dos direitos sociais, que tem uma dimensão regressiva dos direitos da cidadania, naquilo que tem sido apresentado como agenda, na minha opinião — na nossa opinião poderia dizer —, de certa forma, oportunista por parte de alguns dos Parlamentares, evidenciando um clamor da sociedade, em função de um problema para o qual todos nós pretendemos buscar caminhos de solução, que é o problema da segurança pública no Brasil.

E nós temos enfrentado, meu caro Presidente da OAB, uma agenda que trata exatamente de mudar de lugar o problema, propondo a diminuição da maioria penal, para promover um novo destino a nossa juventude, diferente daquele que nós queremos, que é o de afirmar a cidadania dessa juventude, dando-lhe oportunidade através da cultura, da educação, da saúde, da oportunidade do trabalho.

Essa agenda que pretende a diminuição da maioria penal é absolutamente conservadora, com a qual temos contradições profundas em relação não só ao seu conteúdo, mas também aos princípios estabelecidos para alteração dessa norma.



E não é só isso. Nós estamos assistindo às ações daquela que se denominou chamar, no âmbito do Congresso, de bancada do BBB — uma denominação que tem uma parte pejorativa, porque uma parte estão chamando de bancada da bala, a bancada que quer desconstruir o Estatuto do Desarmamento. Portanto, são condições que estão sendo debatidas no âmbito do Congresso.

Mas há uma agenda positiva, vinculada ao Brasil real, que busca fazer com que a ação dos nossos Parlamentares esteja em plena sintonia com a agenda da sociedade, o que nos levou e nos tem levado a debater temas importantes relativos à economia do País, relativos a esta agenda da segurança pública, mas com este viés que nós estamos tratando, como em tantas outras agendas. E é nessa circunstância, portanto, que eu quero dizer aos senhores algumas coisas.

Primeiro, a representação do discurso a que nós temos aqui assistido e temos visto evidencia o problema da segurança e foca a segurança como um problema da briga entre gangues que disputam pontos de venda de drogas. E foca isso como parte da responsabilidade individual do ser humano, retirando as responsabilidades do nosso Estado, como bem dissera Yulo, há pouco.

Mas ainda há algumas outras razões que precisam ser evidenciadas. Nós vivemos um período neste País de grave crise. Nós tivemos uma retomada importante de um conjunto de novos programas sociais que foram fundamentais para modificar o perfil socioeconômico da população. Esses programas sociais têm, portanto, uma efetiva atuação, têm uma importância na vida de cada família. Mas se, a despeito de um conjunto de políticas sociais, analisarmos, como muitos diziam, num dado momento, que os problemas da segurança tinham vínculo, tinham como matriz também, e é verdade, os aspectos sociais que nós consideramos, nós temos um conjunto de políticas sociais que diminuiu de certa forma a violência, sobretudo para a juventude branca. Mas por que nós tivemos uma incidência da violência para uma parte da juventude brasileira? As razões não são apenas em se ter um conjunto de políticas sociais. É verdade que elas são positivas, mas elas não deram conta de responder a uma lógica que está estruturada na sociedade brasileira, como parte de um processo de escravidão que nós tivemos neste País e que tem um lugar no racismo como estruturador das relações de poder e como estruturador da hierarquização social.



Portanto, se nós observarmos — e esta CPI tem essa dimensão — entre os jovens que são violentados nos seus direitos, que estão vivendo um problema de matança neste País, a incidência maior é sobre a juventude negra. E quando se estratificam os dados do Mapa da Violência, pode-se verificar que nós temos hoje áreas enegrecidas neste País onde está a população periférica, pobre, em função dessa relação histórica que nós temos, e há outras áreas, em que o nível de violência é menor.

Para encerrar minha fala e abrir a discussão, nós estamos tratando de um tema não com uma visão racista, como alguns dizem, mas com uma visão em que possamos evidenciar as razões que levam a essa ação de violência contra os direitos de jovens negros e pobres.

Nós não estamos no debate da CPI buscando criminalizar os agentes de segurança pública. Não se trata disso. Até porque, se nós formos verificar o aparelho de Estado que nós temos, veremos que ele foi montado numa lógica para proteger os interesses patrimoniais daqueles que, ao largo da história política deste País, dominaram o processo econômico, meu caro Wenceslau. E naquele período em que se montou o aparelho de Estado, havia uma lógica para defender o País, porque o inimigo era externo. E essa lógica tem elementos que ainda permanecem nas estruturas do aparelho de Estado brasileiro, em que se identifica, ou se busca identificar ainda o inimigo. E já que o inimigo externo não está claro, a cultura do inimigo que está presente como se o inimigo fosse um inimigo interno, que deve ser abatido, deve ser enfrentado. A lógica, portanto, do aparelho de Estado que nós temos é a do enfrentamento, tratando os nossos internos como se inimigos fossem.

E aí está um dos problemas a serem superados que devemos levar em consideração neste debate, um problema que trata da dimensão da segurança pública neste País. Quando nós vamos verificar neste inimigo, na óptica que nós temos de seletividade na abordagem, ou nos autos de resistência que nós temos, quando se vai identificar... Ontem nós fizemos um debate na Câmara com a Associação dos Policiais Federais e tantas lideranças da área de segurança. Alguns deles disseram: *“Olha, nós não temos isso como valor, mas há uma cultura estabelecida como parte de um racismo institucional que, no processo de formação, nós incorporamos. E na abordagem entre um negro pobre e um branco, obviamente,*



nós vamos ter, antecipadamente, uma visão de abordagem do negro, em função daquilo que está estabelecido como forma de representação no imaginário da sociedade, na cultura das nossas instituições”.

Portanto, nós estamos tratando de temas que devem ser considerados como fundamentais. Daí a razão da nossa CPI.

Eu encerro, meu caro Deputado Davidson, falando das nossas preocupações. Objetivamente, nós queremos compor um quadro de informações com pesquisadores, com estudiosos, com agentes de segurança que têm ido à CPI e com famílias de vítimas. E há um dado que nós devemos considerar. Às vezes, os dados que nós estamos quantificando, os dados estatísticos — Jairo, você disse que o índice de violência a gente mede — são tangíveis, mas há outros dados que essa violência não alcança, dados intangíveis. São dados sobre o sofrimento dos familiares, das mães, dos pais, dos irmãos (*palmas*) e dos próprios policiais, às vezes, que não são quantificáveis. Esses são dados intangíveis, porque revelam o sofrimento de quem perde seus entes queridos e sofre todos os dias por não termos a identificação daqueles que cometeram o ato que levou à ceifa da vida de um dos nossos filhos, de um dos nossos irmãos, ou até mesmo do policial, que em determinado momento é vítima dessa própria relação.

Portanto, a nós incumbe pensar, discutir esses temas, e é esse o papel que nós estamos cumprindo aqui.

Nesse sentido, eu queria iniciar passando a palavra ao pai de uma vítima.

Com a palavra o Sr. Nailton de Almeida. (*Palmas.*)

O SR. NAILTON LIMA DE ALMEIDA - Muito obrigado a todos. O que eu tenho a dizer mostra um sofrimento que é muito trágico, porque Nadson era um menino estudioso, um menino educado, um menino que tinha a sua vida inteira pela frente e, com um simples... a ignorância, às 10 horas do dia, em uma praça do Bairro Lomanto, sozinho em uma moto, sem prestar... Vou direto ao assunto, porque o tempo é curto. Eu gostaria de falar aqui por 10 dias seguidos, mas são 10 minutos. Então, ele foi, violentamente, sem mostrar nenhuma reação contra os policiais... Eram três viaturas na perseguição de uma criança que não cometeu ato nenhum, a não ser um crime de trânsito.



Cometeu um crime de trânsito que tirou a sua vida, a minha vida, a vida da minha família e a vida dos demais, até de comandantes para quem lá na minha oficina eu prestava serviço. Meu filho fez peças para o Comandante Mascarenhas — ele fazia serviços lá — e outros policiais. Policiais de criação, que eu tenho, como o Lúcio Serra, com quem fui criado, ali, no Banco da Vitória, brincando de bicicleta.

Nós temos a garantia de que Nadson era direito, mas a ignorância policial do CPR-Sul, que é uma polícia agressiva, não sabe medir as consequências ao fazer uma abordagem... Em juízo, o policial narrou que correu mais de quatro, cinco ruas. É tempo suficiente para o Comandante dentro daquela viatura entender que era uma criança que ali estava, com as mãos sujas de óleo, com a roupa da escola e sem mostrar nenhuma reação indevida contra o policial. Era só fechar a rua. Duas viaturas se encontravam em uma rua sem saída e uma perseguindo. E se chocou com o fundo da moto, de encontro com um carro lateral — e a culpa agora é do carro lateral. Ele bateu no fundo.

Mas quem sabe o que significa um juju congelado e um juju descongelado? Foi como eu encontrei Nadson. O Comandante, o Capitão Mascarenhas, chegou junto e me levou lá, no local. E, simplesmente, um policial chamado Marcos Vinícius, o Wallace Feitosa, o Silvinho, virou para mim e disse: *“Você vai dar moto a criança!”*, sendo que, no momento, eu saí com o Capitão Mascarenhas e deixei meu filho na oficina. Eu fui fazer um serviço para o Capitão Mascarenhas. E o que eu encontrei, ao retornar ao meu estabelecimento, em um dia de domingo, trabalhando... E ele estava trabalhando!

Então, esses policiais não podem ser reconhecidos como cidadãos. É para proteger o cidadão? Eu não quero que eles me protejam. Eu só quero a proteção de Deus. Mas eu continuo pagando o meu imposto. Eu continuo pagando pelo direito de eles receberem salário. E todos nós contribuimos com esse salário deles e com essa farda da polícia, seja ela federal, seja ela municipal. Nós da sociedade somos donos dessa farda. E ele não merece exercer essa função, porque ele matou sem piedade. *(Palmas.)* E eu cobro dos direitos humanos e cobro da Justiça, para que a Justiça se pronuncie e condene. Se eu fizesse o mesmo com o filho dele, eu aqui não estaria, falando, porque ele já teria se tocado e já teria me matado. *(Palmas.)*



Por que eu digo isso? Conheço o senhor também, Azevedo. O senhor fez um serviço conosco, o seu irmão. Eu sou uma pessoa conhecida. Mas vou falar, de novo, em nome de Nadson, que é a saudação. De agora em diante, que essa impunidade não chegue à frente, que a Justiça se pronuncie e condene, porque ele foi culpado, ele matou meu filho. Ele tinha 98% de possibilidade de abordar normalmente, não escalar arma e não o chamar de vagabundo porque ele correu. É a cultura do nosso País. É correr, é atirar e é fazer o que quer, porque a impunidade já vem se arrastando no nosso País, e a Justiça não se pronuncia. Já se vai em mais de 1 ano essa minha luta, mas eu vou lutar. Pode ter certeza de que eu vou lutar. *(Palmas.)*

E quero dizer a vocês todos que, no momento de levar Nadson para perícia... Tem culpado lá dentro da perícia. Eu afirmo que o perito é culpado. O delegado eu não vi. A delegada ganhou o seu tempo todo de investigação, passou do limite, para entregar ao Ministério Público uma coisa que é legível — as costas dele, o pneu, a marca e ele descongelado, todo estourado, numa ignorância! Esse policial não merece proteger o próprio policial. E ali está Nadson. Ele ia ser um policial. Mas ele interrompeu a vida dele. E a minha dor é grande. E, no momento em que a minha esposa ia fazer parte da perícia, eles a empurraram para fora — e ela está ali para dizer a verdade —, enquanto eu me encontrava no hospital. Ele foi a minha vida. Ele trabalhou comigo desde a infância. Ele me respeitou. Ele era o coordenador da sala de aula. Os professores gostavam dele. Nunca respondeu a ninguém. Existem clientes nossos aqui dentro. De comandantes a clientes nossos tem aqui dentro, que fizeram a trajetória toda de Nadson.

E o Comandante, simplesmente, lá no CPR-Sul, rindo ironicamente disse: *“Isso foi uma fatalidade”*. E eu disse: *“Porque não foi com seu filho, e ele não estava com a moto no Jardim das Acácias”*. *(Palmas.)* Porque se ele estivesse montando a moto no Jardim das Acácias, ele não iria ser atropelado. Mas ele se encontrava no Bairro Lomanto. O meu sobrinho, 4 meses depois, foi abordado em frente à minha oficina, do outro lado, na 101, e um policial desceu da viatura, às 11h30min do dia, e fez um bater na cara do outro. Fomos eu e a minha esposa — e tem testemunha ali — até o local. Ele viu a nossa camisa e a placa da oficina Justiça a Nadson — quem



passar lá vai ver agora —, entrou em alta velocidade na contramão e foi embora. Então, essa é a cultura do comando?

Eu tomei um murro na boca de um policial militar que estourou a minha boca toda, e meu filho presenciou. Meu filho estava fazendo reconhecimento de módulo, trabalhando com o eletricista Lula, abaixo do Posto Atalaia. Dois policiais entraram, sem pedir permissão, numa área privada que paga imposto, e pegaram dois meninos com cerca de 16 anos, 17 anos, não sei medir a idade, e ele chegou lá em casa aterrorizado, porque o policial bateu, e não foi pouco. Ele já estava traumatizado.

E Seu Edvaldo, da Itarel, uma pessoa de 64 anos que vocês conhecem — o senhor, Capitão Azevedo, conhece o seu Edvaldo, da Itarel, que mora perto da sua casa —, levou um murro na face, dado por um policial militar, e ficou 28 dias entubado, no Hospital Santa Cruz. Eu acompanhei tudo e provo em juízo!

Então, eu vou conseguir pedir o apoio dos direitos humanos, pedir o apoio do Deputado Davidson Magalhães e de toda a sociedade aqui dentro. Não é só deles, não. Que a gente consiga colocá-lo detrás das grades! Porque ele executou, ele condenou, e o nosso País não tem pena de morte. Ele executou em praça pública.

Aí eu fico ouvindo no rádio um policial, que não se identifica, falando: “*Que nada! Ele bateu no fundo do carro*”. Um policial narrou em juízo que ele, ao passar pelo quebra-molas, desequilibrou-se, desequilibrou-se, caiu e morreu. Isso 178 metros depois. Que desequilíbrio! Eles estão tentando botar como um crime de trânsito. Não, ele tem que pagar! E ele vai pagar na Justiça. Ele vai pagar na Justiça. Eu vou lutar muito. Isso só está apenas começando.

Quero agradecer a vocês todos — àqueles da sociedade, da periferia, àqueles que entendem que a abordagem policial está sendo uma arma letal. *(Palmas.)*

Não estou dizendo que são todos os policiais, porque eu conheço o Azevedo há muitos anos. Ele já foi à minha oficina e nunca, sequer, tirou uma arma para apontar para um cidadão. Eu tenho esse conhecimento. Não estou aqui acusando o Wallace Feitosa nem todos os policiais. Há policiais que são humanas, são educados e sabem trabalhar. Mas existem uns que ficam loucos para colocar a farda — loucos, não dormem! —, para se sentirem no direito de cometer delitos, para se



sentirem no direito de matar. E na hora em que a gente chega à Delegacia, meu amigo, a coisa muda! Só quem sabe disso é quem vive isso na pele. Eu vivi isso lá muitos dias.

Então, eu peço a vocês todos que ajudem, porque eu prometi a Nadson, no chão, morto, que eu ia fazer justiça. E eu vou cumprir! Que a justiça seja feita. E digo que — vou encerrar rapidamente — faz 10 dias que eu queria falar.

Em seguida, quando eu olho à minha direita, está um policial com uma pistola — já achou pouco o que fez —, o Marcos Vinícius, na frente da cara da minha filha. Ele a empurrou e botou a pistola na cara dela. Ele nem sequer sabia se a pistola estava travada ou destravada! E se ele dispara? Aí foi aquela convocação de todos. Não foi só de mau elemento ou da sociedade. Um crente, com 20 anos de Igreja, jogou a Bíblia no chão. Isso eu vi e vi também policiais chorando. E fomos para cima, fomos lutando. E vamos pedir o nosso direito. É esse direito que nós vamos pedir. Nós não vamos nos calar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Beбето) - Para concluir, Nailton.

O SR. NAILTON LIMA DE ALMEIDA - Muito obrigado a vocês todos. A luta é grande! *(Palmas. Manifestação na plateia: Não acabou! Tem que acabar! Eu quero o fim da Polícia Militar!)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Beбето) - Obrigado, Nailton.

Peço a todos que façam silêncio.

Algumas informações. Nós vamos abrir inscrições após a fala dos que compõem a Mesa. Quem quiser formular qualquer pergunta escrita ou falar ao microfone, por 3 minutos, pode fazer a inscrição com o servidor da Câmara Federal, que está aqui de pé. Quem quiser, quem desejar fazer qualquer pronunciamento, por 3 minutos, pode se inscrever.

Com a palavra o advogado Davi Pedreira.

O SR. DAVI PEDREIRA - Meus amigos, boa tarde a todos os presentes. Eu queria saudar todos aqui, em nome da família de Nadson. O Nailton já falou para nós aqui. Está ali a Najila — levanta a mão aí, Najila —, que é a irmã. Está a Rosa, que é a mãe. Inclusive eu estou acompanhando esse fato aqui relatado como advogado, como representante da OAB, inclusive eu estou aqui representando a



OAB local, em nome do Presidente Andirlei, eu sou Presidente da Comissão de Direitos Humanos.

Além de o caso Nadson ter redundado em um processo criminal, em que é réu um policial militar que dirigia a viatura, que o atropelou e o matou, também há um processo criminal no qual a vítima é Najila em que outro policial praticou abuso de autoridade na hora da abordagem contra ela, apontando arma de fogo, empurrando-a, impedindo-a de chorar sobre o corpo do seu próprio irmão.

Este é objeto de ação desta Comissão. Se a gente tivesse aqui que escolher um “culpado”, entre aspas, que culpados não podem ser escolhidos — a discussão da violência passa pela discussão profunda de justiça e também de um debate paralelo a esse que é da justiça restaurativa —, seria o Estado.

O Estado brasileiro criou uma cultura à ditadura militar, e eu ouvi aqui o Deputado Bebeto — ia falar Vereador, Bebeto, porque me lembrei de que o Deputado Federal Bebeto foi Vereador em Ilhéus — e o Deputado Davidson que falaram muito bem sobre isso. Nós herdamos uma cultura à ditadura militar no Brasil que ainda está presente.

Basta pontuar agora, rapidamente, para não demorar muito o discurso, que ainda temos racismo no Brasil — fato consumado. Alguém tem dúvida disso? Não. Temos também uma cultura à ditadura militar em que deixa o policial militar e o policial civil pensar que o suspeito de crime é o inimigo.

Então, o membro do Exército via... Eu atuei na ditadura militar, como militante de esquerda. À época eu era comunista, hoje eu sou filiado à Igreja Católica, com muita alegria, a quem eu sirvo, não tenho partido. Então, eu militei na clandestinidade. Na clandestinidade, nós tínhamos no Brasil as Forças Armadas vendo o membro da esquerda como inimigo. Hoje as polícias ainda têm na sua cultura, e é a cultura do povo de que nós todos fazemos parte, o suspeito de um crime como inimigo. Aí, quando a polícia aborda, é o inimigo a ser enfrentado, a ser violentado e a ser exprimido.

E a gente tem em Itabuna, nós todos sabemos aqui, na periferia de nossos bairros — aqui nossos irmãos e amigos das comunidades podem confirmar —, como é feita a abordagem policial na cidade. Primeiro bate...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Bebeto) - Gente, por favor, vamos ouvir o Davi. Por favor, silêncio.

O SR. DAVI PEDREIRA - Primeiro a polícia bate, primeiro a polícia espanca e, depois, pergunta se é culpado, e já julga.

Não queremos aqui criminalizar todos os policiais. Eu, particularmente, inclusive como representante da entidade de direitos humanos da Igreja Católica e da OAB, estive nas ruas de Itabuna, defendendo os policiais na greve, abraçando-os e dizendo: *“Oh, tem que fazer greve, sim, a greve é justa, porque o Estado oprime o policial militar”*. O policial tem direito, e a gente não está aqui para criminalizar os policiais militares. Mas a instituição Polícia Militar e a cultura da Polícia Militar é uma cultura opressiva, e é assim que a gente vê a Polícia Militar na periferia. Ou não é, minha gente, aqui em Itabuna? *(Manifestação na plateia. Palmas.)*

(Não identificado) - Com certeza.

O SR. DAVI PEDREIRA - Como é feita abordagem da Polícia Militar nas comunidades carentes?

Tudo o que a gente podia dizer profundamente aqui, o Nailton, um homem que não fez faculdade, que não é doutor em nada, disse com maior clareza, com grande doutorado.

O SR. NAILTON LIMA DE ALMEIDA - Com licença, Davi. Só em motores, viu? Doutor só em motores.

O SR. DAVI PEDREIRA - Em motor ele é doutor, em motor de tudo, de *diesel*, de gasolina.

O SR. NAILTON LIMA DE ALMEIDA - Nadson ia ser engenheiro mecânico, mas, simplesmente, foi ceifado.

O SR. DAVI PEDREIRA - Pois é.

O Nailton relatou aqui com muita clareza que, se a abordagem policial militar fosse no Bairro Góes Calmon, se fosse dentro do Jardim das Acácias, a viatura não o teria atropelado. E essa é a realidade da atuação policial.

E a gente precisa observar, então, que é preciso ter investimento dos Estados nesse campo. E de quem é a culpa disso? A culpa disso é que nossos Estados — porque as polícias são estaduais, as polícias militares são estaduais, na esfera de



poder do Brasil — não investem em formação da Polícia Militar, não investem em reciclagem da Polícia Militar, não investem em mudança de cultura da Polícia Militar.

E isso é unanimidade burra. A unanimidade sempre é burra. A cultura dos Estados brasileiros, com a unanimidade dos partidos políticos, é de polícia repressora, de polícia que serve ao sistema do Estado. Isso você tem na Bahia, onde existiu dois governos do PT e vários do DEM, sei lá; isso você tem em São Paulo, com o PSDB, em Minas Gerais, no Rio Grande do Sul.

É preciso que a Comissão entenda que este é um grande debate a ser feito no combate à violência. Assim como é a polícia que mais mata, também é a polícia que mais morre. E é preciso que haja um investimento forte. E um grande debate desta Comissão, com certeza, é a uniformização das polícias. Tem de acabar com o militarismo na Polícia Militar e haver uma única polícia, como há em grande parte do mundo civilizado.

Essa história de ter uma polícia de caserna, em que o policial perde um tempo gigante na submissão aos seus superiores, em fazer continência para a Bandeira e desfile militar, não existe mais. Isso é algo antiquado, conservador, é algo que oprime o policial militar diante do seu superior. Os policiais militares são oprimidos pelos seus superiores, nos seus quartéis, com essa cultura militaresca também.

Meus amigos, outro tema importante que a gente precisa abordar dentro do caso Nadson e dentro do caso da violência policial é o abandono que o Estado faz com o sistema prisional. Em Itabuna temos um presídio com o triplo da população prisional. Na Bahia, nós temos 50% dos presos em cadeias públicas, que deviam estar em presídios, e nós temos os presos de Itabuna, como os de toda a Bahia e como os do Brasil, sem estudo, sem trabalho e sem ressocialização. O presídio é, concretamente, uma universidade do crime.

Por isso, meus irmãos, nós, que somos de entidades de direitos humanos, da Igreja Católica, da Igreja Batista, somos irmãos espíritas e várias entidades, somos contra concretamente a redução da maioria penal. Por quê? Porque 5% dos crimes são feitos por menores. E a maior parte dos crimes são em menor gravidade.

Nós gostamos de ver na televisão os programas de gotas de sangue. O Dr. Marcos Bandeira estava dizendo aqui que o médico o proibiu de ouvir rádio AM, porque só se fala de violência. A gente gosta de ver programa policial de gotas de



sangue, de ver os relatos de crimes de menores e acha que isso é a maioria. Não é a maioria dos crimes de menores. E se colocarmos os menores em crimes, com certeza os teremos muito piores. Como diz Ceslau Stanula, bispo de nossa amada Igreja Católica: *“Precisamos de escola, precisamos de educação”*.

E o Yulo pontuou muito bem: a gente quer colocar os menores em escola ou em presídio? A gente quer formar em que os infratores? A gente quer cuidar deles.

Portanto, somos contra a redução da maioridade penal. E esse é um tema relevante, porque em Itabuna a violência praticada com menores é fruto da exclusão social e do abandono social. Portanto, o Estado é culpado — o Estado da Bahia, o Estado do Rio Grande do Sul, o Estado de São Paulo, os Estados do Brasil — quando não investe em sistema prisional e quando permite que a gente tenha presídios com um nível de superlotação e de abandono como o presídio de Itabuna.

É preciso que o sistema prisional trate o preso como pessoa humana. Nós todos sabemos que o preso vai sair da cadeia um dia. Ou não vai, gente? Tem prisão perpétua no Brasil? (*Manifestação da plateia: Não!*) Vai sair, não vai?

Vou falar uma frase para vocês, que, em Português, chama-se cacofonia, erro de linguagem. A gente quer que ele saia do presídio mais pior ou mais melhor? (*Manifestação da plateia: Mais pior!*) Mais pior, para matar a gente, é? Eu não quero, não. Quero que saia mais melhor, não é verdade? Então, para sair mais melhor ou menos pior, que também é uma cacofonia, só existe uma forma: prendê-lo e dar-lhe os direitos de preso, que não é nenhum favor.

Meus irmãos, a gente ouve cada besteira na imprensa e acredita!... Quantos de vocês ouviram a burrice idiota de que o preso e a família do preso recebem um salário? Minha gente, o Brasil tem 500 mil presos hoje. Deve ter 5 mil famílias de presos no Brasil, famílias recebendo auxílio-doença. Quando a família é pobre e não tem renda, e o preso trabalhava e recolhia previdência, recebe auxílio-doença. Então, é uma cultura, que a gente ouve na mídia, de opressão, de violência, de prender de qualquer jeito. É uma cultura que não serve ao projeto do reino de Deus e que não serve ao projeto da sociedade, porque é uma cultura que violenta, que vitimiza, que produz mais crimes.



Portanto, precisamos dizer “não” à redução da maioria penal, precisamos dizer que temos de ter um centro prisional humanitário e precisamos enfrentar a cultura da violência policial.

Em Itabuna, como em todo o Brasil, a polícia aborda com violência, aborda com arbitrariedade, e temos uma polícia que não consegue dar conta do crime. A polícia não consegue dar conta do crime.

Quantos crimes a história de Itabuna remonta, que estão ficando impunes, sem justificativa e sem punição? Por quê? Porque a gente tem uma polícia sem estrutura, sem aparato. É uma polícia que investiga com base em testemunha, adquirida com base em tortura. Pasmem, os céus! Se o DPP de Itabuna vier aqui a esta Mesa e pegar este microfone, não vai encontrar a minha digital, não, porque essa história de pegar a digital em aparelho é história de filme de ficção que você vê no CS/ da televisão.

A polícia de São Paulo e a do Paraná tem alguma estrutura. Em geral, a da Bahia, como as outras, não tem estrutura de investigação policial. Portanto, a falta de investigação policial, técnica e científica leva a polícia a ser investigativa com o método mais deturpado de investigação, que é o método testemunhal, que se obtém Deus sabe como.

Portanto, contra a redução da maioria penal, contra a violência policial e por um sistema prisional que trate o preso como infrator, que o puna, que o mantenha preso, que cerceie a sua liberdade, mas que não o traga mais violento para a sociedade.

Um abraço para todos. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bebeto) - Obrigado, Davi.

Vamos ouvir o nosso terceiro convidado, o Thiago Fernandes. *(Palmas.)*

O SR. THIAGO FERNANDES - Boa tarde a todos e a todas.

Primeiramente, quero cumprimentar e saudar a Mesa, nas pessoas dos dois Deputados, Davidson e Bebeto, e parabenizá-los pela iniciativa de trazer esta audiência pública da CPI para a nossa cidade. Cumprimento também o Egnaldo, o Nailton, pai de Nadson, o Davi e o Wenceslau, Vice-Prefeito da cidade.

O Mapa da Violência de 2015 saiu ontem. Se a gente olhar o de 2014, verá que ele traz recordes de assassinados. São 56 mil mortes aqui no Brasil, número



superior ao conflito na Chechênia dos anos de 1994 a 1996. Setenta por cento dos mais de 50 mil assassinatos em 2012 eram de negros.

Segundo a Anistia Internacional, são 30 mil jovens assassinados por ano no Brasil e 77% desse número são negros.

O que está acontecendo no nosso País, na verdade, é um genocídio. O que aconteceu com Nadson, em Itabuna, faz parte desse genocídio, que envolve, de um lado, falta de políticas públicas constantes e eficientes e, de outro, repressão policial.

Vivemos o legado de um Estado que ainda não chegou à periferia com políticas públicas de atenção social. A política do Estado na periferia tem sido a Polícia Militar. Ao chegarem à periferia e cometerem assassinato, os policiais indicam que houve resistência. Mais de 80% dos casos não são investigados.

Esses são dados de um estudo produzido pelo sociólogo Prof. Michel Misse, do Núcleo de Estudos de Cidadania, Conflito e Violência Urbana da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Então, a ausência de políticas públicas sociais no Estado impõe a polícia como a única política pública na periferia.

O outro lado da moeda é o tráfico e a violência a que esses jovens são submetidos desde criança. Em vez de discutir o papel da assistência social, o nosso Congresso Nacional quer reduzir a maioria penal. Mas nem 1% dos crimes cometidos em todo o País é feito por jovens com menos de 16 anos, segundo o Departamento Nacional de Segurança Pública.

Esses jovens que estão na linha vulnerável estão sujeitos a homicídios todos os dias. Existem políticas públicas federais, sim, mas hoje existe uma falta de articulação entre os Estados e Municípios, que têm negligenciado essa discussão.

Quando se trata de investir em educação, a gente sabe que, muitas vezes, nem os 25% obrigatórios do investimento são obedecidos. Essa discussão pode até parecer utópica, mas não se investe em educação. Os Municípios e Estados preferem as polícias como guardiãs e mantenedoras da ordem. Mas, afinal, para que serve a Polícia Militar e para quem serve a Polícia Militar?

Itabuna é um dos Municípios mais perigosos para os jovens viverem. A dita opinião pública, expressa em *blogs* inclusive por autoridades, negligencia a participação dos jovens nas decisões.



As políticas federais, muitas delas, ainda não chegaram aqui. Há alguns anos, foram criados alguns programas importantes do Governo Federal. Um deles é a Estação Juventude. O outro é o Plano Juventude Viva, que reúne um pacote de ações do Governo Federal com a intenção de reduzir a vulnerabilidade dos jovens negros à situação de violência física e simbólica, a partir da criação de oportunidade de inclusão social e autonomia para os jovens entre 15 e 29 anos.

Infelizmente, essa ação ainda não chegou aqui na nossa cidade, embora o Governo Federal tenha eleito 149 Municípios — Itabuna foi um dos Municípios eleitos — para receber o pacote do Plano Juventude Viva, mas até hoje não vimos nenhuma ação aqui por parte do poder público municipal.

Há anos, a juventude tenta consolidar o Conselho Municipal de Juventude, restando apenas a regulamentação, e isso também não saiu do papel. Desde a gestão do ex-Prefeito Azevedo, que está ali, a gente faz diversas reuniões para tentar consolidar esse conselho, mas sempre fomos ludibriados.

No final de 2011, a entidade da qual faço parte, a União da Juventude Socialista, quis denunciar o número de jovens mortos naquele ano: mais ou menos 252 jovens. Nós resolvemos fazer uma vigília na porta da Prefeitura e acendemos 252 velas. Quando terminamos de acender a última vela, um capanga do ex-Prefeito Azevedo, que está sentado ali, passou com um cassete derrubando todas as velas, agrediu todos os manifestantes presentes naquele local e falou que, se nós não nos retirássemos daquele espaço, que era da Prefeitura, não era público, era o espaço deles, nós cairíamos no aço. Para quem não sabe, cair no aço é levar bala.

A gente chamou a Polícia Militar, que fez vista grossa, e nós tivemos de nos retirar, temendo pela nossa vida. A gente não queria ser o número 270 naquele momento, completando os dados daquele ano.

Então, sem a presença da juventude nas decisões, fica muito difícil a gente pensar numa lógica a não ser nessa violência indiscriminada contra quem deveria estar nas universidades, produzindo ciência, trabalhando e construindo o nosso País.

Onze pessoas foram assassinadas no mês de fevereiro, cinco no mês de março e, até ontem, 42 por assassinato, na nossa cidade, entre os quais 27 jovens,



todos homens. Se a gente for quantificar, muitos deles são negros. O tempo vai passando, e a paciência da juventude que se organiza também vai acabando.

Queremos deixar claro que não queremos que a polícia seja a única política pública a que a nossa juventude negra e periférica tenha acesso. O programa de acesso ao primeiro emprego, a participação no Minha Casa, Minha Vida para os jovens e os programas de arte e lazer são algumas medidas que têm que ser implantadas no Município.

Estamos perdendo a nossa juventude para o tráfico de drogas e para a repressão policial e não estamos fazendo nada para combater esse dado! A gente perde os nossos jovens negros, filhos de trabalhadores desta cidade. Os mortos estão sendo naturalizados como paisagens. Todos os dias, é legal assistirmos a um programa que passa ao meio-dia sobre carnificina e sangue derramado. Isso está se tornando paisagem na nossa sociedade.

A resposta que a gente tem que dar para isso é urgente e é para ontem...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bebeto) - Conclua, por favor.

O SR. THIAGO FERNANDES - ...mas a gente precisa dessa resposta com a presença da juventude, porque a juventude é que entende de juventude e sabe pelo que passa e precisa.

Muito obrigado e boa tarde. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bebeto) - Obrigado, Thiago.

Passo a palavra ao Vice-Prefeito Wenceslau Júnior.

O SR. WENCESLAU JÚNIOR - Boa noite a todos e a todas aqui presentes.

Eu gostaria de saudar a Mesa nas pessoas dos Deputados Davidson e Bebeto, meus amigos. Esses dois foram Vereadores ao mesmo tempo, um em Itabuna e outro em Ilhéus, e agora são Deputados no mesmo mandato, representando o sul da Bahia e o restante do Estado.

Eu queria aqui brevemente falar, não vou ser repetitivo, sobre a questão da concepção, da origem da violência, da violência de maus policiais, que são exceção, são poucos, a maioria dos policiais têm atitude profissional.

Eu queria dizer que o Município de Itabuna, Bebeto, tem tomado algumas medidas aqui importantes, sobre as quais o Prefeito falou. Nós temos vários programas sociais que estão em execução, porque entendemos que não é a força



policial, a violência policial ou a política de repressão que irão resolver esse problema.

Nós precisamos ter um braço forte do Estado na política de inclusão social. Essa é a nossa concepção. Precisamos do apoio dos Governos Federal e Estadual para ampliar e aprofundar essas políticas de inclusão social e de acolhimento desses jovens.

Nós estamos desenvolvendo aqui o Bom de Bola, Melhor na Escola, que os Vereadores conhecem, o Vivarte, que é outro programa muito interessante. O Vivarte é um programa de inclusão, através da cultura, através da formação da música, da dança, do teatro, de cursos de língua. Através do Vivarte, Itabuna conseguiu encaminhar para o Ballet Bolshoi cinco crianças da periferia, que hoje estão estudando em Joinville, o que mudou a vida dessas famílias (*palmas*) e dessas crianças, oferecendo-lhes um novo horizonte de vida. Elas vão ser profissionais do Ballet Bolshoi, com a marca e a chancela do melhor balé do mundo. Nós estamos implementando — o Trindade estava aqui, mas está aqui a equipe da assistência social —, deve estar em execução em poucos dias, o Programa Crack, é Possível Vencer. Fomos um dos Municípios que conseguiu viabilizá-lo. Através do apoio do Deputado, estamos instalando em Itabuna dois núcleos do PELC — Programa Esporte e Lazer da Cidade, do Ministério do Esporte.

Nós estamos, em parceria com a Universidade Federal do Sul da Bahia, participando de um programa, financiado pelo MEC, para trabalhar oficinas de cultura, a fim de formar produtores culturais, montadores de palco, operadores de som, pessoas que irão trabalhar na cultura, e os mais escolhidos foram os Bairros Santa Inês, Novo Horizonte, Nova Ferradas e Nova Califórnia.

Nós estamos apresentando um projeto de vídeo e monitoramento, tanto no Ministério da Justiça quanto no Ministério da Ciência e Tecnologia e na SECT e em outros órgãos, para que a gente possa, através do vídeo e monitoramento, atuar como prevenção à violência e também como uma grande possibilidade de identificar os autores de homicídio. Através do vídeo e monitoramento, você tem a capacidade de prevenção, de atuação mais rápida da polícia e, ao mesmo tempo, de identificar os autores do fato. Nós temos a esperança de que vamos conseguir financiamento para viabilizar esse projeto. E já estamos trabalhando, o Prefeito me delegou a



tarrafa de trabalhar para formar o GGI da Segurança Integrada — Grupo Gestor Integrado — no Município, com a participação da Prefeitura, Polícia Civil, Polícia Militar, Ministério Público, Poder Judiciário, Câmara de Vereadores e sociedade.

Estamos também concluindo o processo de reativação do Conselho Municipal da Juventude. Então, nós estamos buscando fazer o nosso dever de casa, investindo mais em educação, investindo mais em saúde, investindo em cultura, investindo em esporte, para que o Município de Itabuna possa dar a sua parcela de contribuição, sobretudo na prevenção, através da inclusão social, cultural.

Estamos inaugurando a unidade do SINEBAHIA, que terá capacidade para atender a 500 pessoas por dia, não só de Itabuna, mas também da região, buscando trabalhar com documentação, carteira de trabalho, qualificação profissional, orientação profissional e intermediação de mão de obra. O esforço é grande, está sendo feito com recursos absolutamente municipais, mas também com recursos e apoio do Governo do Estado e do Governo Federal.

Este é o nosso desejo. Espero que a CPI cumpra com o seu objetivo de nortear políticas que aprofundem, sobretudo, o Juventude Viva, para que de fato seja capaz de produzir efeitos diretos, rápidos e imediatos, para reduzir esses índices de violência, incluir a nossa juventude, sobretudo a juventude negra e pobre, que é a principal vítima dessa violência.

Aqui fica o nosso abraço e o agradecimento à CPI por ter escolhida a nossa cidade. Infelizmente, não gostaríamos de ter privilégio, porque queríamos ser uma cidade menos violenta, mas, infelizmente, está aqui.

Temos que registrar a iniciativa do Deputado Davidson, do Deputado Bebeto e desejar êxito à CPI, que busca combater a violência contra os jovens. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bebeto) - Muito obrigado, Wenceslau.

Vamos ouvir o último orador, o amigo Wilson Lima, do Movimento Palmares. *(Pausa.)*

Tem a palavra o Sr. Egnaldo França, do Grupo Afro Cultural ENCANTARTE.

O SR. EGNALDO FRANÇA - *(O orador canta):*

Prepare o seu coração

Pras coisas que eu vou contar

Eu venho lá do morrão



Eu venho lá do morrão

Eu venho lá do morrão

E posso não te agradar. (Palmas.)

Há outro refrão que eu posso começar dizendo:

*A minha alma está armada e apontada para a cara
do sossego, pois paz sem voz, paz sem voz não é paz, é
medo.*

É dessa forma que a gente vive em nossa periferia. Eu não vou repetir todas as palavras que já disseram aqui. E esta é uma saudação que eu faço à minha periferia, ao meu povo que está aqui presente e também à Mesa. (Palmas.)

Eu preparei um eslaide, mas não colocaram. Não há problema.

Em 2009, nós fizemos dois debates denunciando o número absurdo de homicídios em Itabuna. Nós, que eu digo, foi o ENCANTARTE, junto com o Movimento Negro de Itabuna, com vários outros movimentos negros de Itabuna. Encabeçamos esse seminário.

Fizemos aqui, na Câmara de Vereadores de Itabuna, no final do mês de outubro, e não tivemos nenhum Vereador presente neste dia. Foram convidados o Prefeito, todos os Vereadores, a Comissão de Direitos Humanos, a OAB, a Igreja Católica, na pessoa do Bispo Ceslau. Estava presente aqui a Célia, representando a Pastoral. Nós só tivemos aqui a presença do Subcomandante da PM e do Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente. Nenhuma autoridade veio, porque nós simplesmente pegamos todos os jornais de Itabuna, que, se espremermos, sai sangue. A gente contou quantos assassinatos ocorreram do mês de janeiro ao mês de agosto. Pegamos os dados da Secretaria de Segurança Pública, dados muito secos, que não informam quem são os assassinados em Itabuna, e trouxemos esses dados para a Câmara de Vereadores, e os nossos Vereadores não vieram para nos ouvir. Lembro que teve a presença do Movimento Social aqui. A AGP estava presente. Depois, fizemos o mesmo debate na Universidade Estadual de Santa Cruz. Lá, aconteceu o debate no dia 6 de novembro de 2009, e mesmo assim as mesmas autoridades que foram convidadas para ir à UESC também não foram.



No final de novembro desse mesmo ano, foi publicado o primeiro dado do Mapa da Violência, e aí Itabuna aparecia como a cidade mais violenta do Brasil para jovens entre 14 e 24 anos. Aí todo mundo: “Oh!”

Para nós, isso não é novidade, primeiro, porque a gente vem da periferia, a gente sente na pele, depois, para as autoridades da nossa cidade, que também sabiam, mas fingiam que não sabiam e não queriam discutir com a sociedade organizada esses dados. Depois criaram um plano chamado pacto (*falha na gravação.*). Paz sem voz é medo. Criaram um pacto contra a violência. E eu suspeito desse novo pacto, que já vem de cima para baixo.

A primeira ação do pacto contra a violência foi subir o Maria Pinheiro, pegar adolescentes, colocar — quem viu aquelas fotos do filme Carandiru? — um monte de adolescentes no meio da praça do Maria Pinheiro e humilhá-los. Rasgaram o Estatuto da Criança e do Adolescente no momento em que colocaram esses meninos dentro de um camburão e levaram para o posto policial Pedro Jerônimo. E as mães desesperadas ali. (*Palmas.*)

Eu não quero esse tipo de segurança pública. Esse tipo de segurança pública está falido. Não quero para mim! Acho que a nossa sociedade está cansada desse tipo de violência contra a nossa sociedade. E agora vamos botar a culpa no tráfico de drogas. Então, eu fui nesta semana ao Complexo Policial de Itabuna, fui muito bem recebido pelo pessoal da estatística, as meninas conseguiram os dados dos assassinatos que aconteceram de 2009, de 2012 até 2014, e eu vou trazer esses dados para depois fazer uma pequena reflexão. Eu já agradeço ao pessoal do setor de estatística, que foi sensível e me forneceu esses dados.

Observem: em 2009, foram 111 assassinatos até o mês de agosto. Foram os dados que nós pegamos para a atividade que viemos aqui para a Câmara questionar. E o que nos provocou a fazer isso foram os quatro jovens assassinados no Santa Inês pela polícia. Dizem que foi troca de tiro. Eu não estou aqui para provar, não estou aqui para dizer se foi verdade ou se foi mentira, mas os jornais mostraram todos esses jovens que trocaram tiro com a polícia, todos com tiro nas costas. (*Manifestação na plateia.*) E um ainda era meio cego!

Então, os dados recentes, de 2012 a 2014, dizem o seguinte: em 2012, 172 homicídios em Itabuna; 2013, 129; 2014, 149 homicídios. Dessa vez o dado foi mais



qualificado. Do sexo feminino, em 2012, três mulheres; em 2013, seis; em 2014, sete mulheres assassinadas. Já os homens, 169 foram assassinados — homens, eu estou dizendo do sexo masculino —, em 2012; 123 foram assassinados em 2013; 142, em 2014; num total, de 434 pessoas do sexo masculino assassinadas em Itabuna.

Não é possível que a gente tenha ainda estômago para ligar a televisão no dia seguinte para saber dessa barbárie e achar que está tudo bem. Eu não consigo imaginar por que a nossa sociedade se conforma tanto com o que está acontecendo.

E aí eu fui pegar os dados sobre a questão da faixa etária. De 15 a 19 anos: em 2012, 37 assassinados; em 2013, 24 assassinados; e em 2014, 36 assassinados. De 20 a 29 anos: 64 jovens assassinados em 2012; 42, em 2013; e 56, em 2014.

E eu trago um último dado, que é sobre a cor, e ninguém tem dúvida nenhuma de quem são essas pessoas. Certo? Seis brancos assassinados em 2012; oito em 2013; e quatro em 2014. Negros: 29 assassinados em 2012; 13 em 2013; e 16 em 2014. Pardos — lembrem-se, nós que participamos do movimento negro, de que pardo e negro são a mesma coisa. Pardo foi uma cor inventada. Pardo é coisa de passarinho. (*Palmas.*)

Para não chamar de negro, chamam de pardo. São pessoas como eu, que nasci com a pele meio desbotada, mas eu não deixo de ser negro e de assumir a minha negritude. Esses pardos, ditos pelo sistema, foram 126 pardos assassinados em 2006; 91 em 2008; 111 em 2000; e 14... Dos 450 assassinados, negros e pardos somam 386 pessoas assassinadas em 3 anos — em 3 anos.

Isso significa 86%, na verdade, 85,7%, aproximadamente 86% de vítimas de homicídios são negros e pardos aqui na cidade de Itabuna. E sabem de onde saem esses assassinatos? (*Manifestação da plateia: Da periferia!*) Da periferia. Da periferia, gente! Quem vive o temor é o morador da periferia. E eu aqui não vou apontar a minha arma, que é minha intelectualidade, meu pensamento, para onde está saindo essa bala, se é da polícia ou se é do tráfico de drogas. A culpa é do tráfico. A culpa é sempre do tráfico de drogas. E a gente não vai aqui apontar quem é que mais mata em Itabuna, porque vai ser uma queda de braço muito forte.



E aí eu trago duas perguntas, para poder encerrar a minha fala, e digo o seguinte: como a população tem se manifestado diante desse fato? Vamos continuar fortalecendo os *blogs*, os programas de TV que só fazem humilhar a comunidade negra? (*Palmas.*) Porque, se eu cometer algum delito, vai ter um microfone e uma câmera em cima de mim, dizendo que é para eu mostrar o BO, mas quando alguém de colarinho branco — só por fora, mas por dentro encardido — comete um erro, a TV não vai estar lá em cima dele e nem o microfone mandando ele mostrar o BO. Não vai! E nós, que estamos lá na periferia, acabamos fortalecendo esse tipo de mídia, que nos humilha, essa mídia racista. (*Palmas.*) Esse é um pronunciamento racista, e nós devemos nos posicionar contra essa mídia também que fortalece e legitima a ação. E quando a polícia mata, a polícia está cumprindo o seu papel. Na verdade, está. Como o Davi Pedreira comentou, é a reprodução da ditadura militar. Então, está cumprindo mesmo o seu papel.

E aí eu faço outra pergunta: quais políticas foram implementadas para a solução desse problema? E aí eu vou fazer um rápido relato histórico.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bebeto) - Para concluir.

O SR. EGNALDO FRANÇA - A cultura em Itabuna. O Teatro ABC foi fechado, o Cine Itabuna foi fechado, o Cine Oásis foi fechado, o Centro de Convenções de Itabuna é até hoje aquele engodo que está lá e ninguém diz onde é que está o desvio, mas o Centro de Convenções está lá abandonado. Centro de Cultura Adonias Filho, até hoje estão lá paradas as reformas, os artistas não têm onde se apresentar. (*Palmas.*) Espaço Cultural Josué Brandão. Vereadores que estão aqui presentes, quando é que vocês vão sair desse espaço? Isso aqui é um centro de cultura! (*Palmas. Manifestação na plateia.*) Isso aqui não é uma Câmara de Vereadores, isso aqui foi invadido por vocês Vereadores. Não vou dizer vocês, agora, mas os Vereadores ocuparam este espaço. Isto aqui é um espaço cultural, e nós não temos... Se vocês estão se sentindo desconfortáveis, é porque isso aqui não é uma Câmara de Vereadores. Não era para nós estarmos aqui neste lugar desconfortável. Aí colocaram um grande *outdoor* em frente à Prefeitura, fizeram um buraco — que hoje está sendo um criadouro do mosquito da dengue — e disseram que iam construir a Câmara lá. (*Manifestação na plateia.*) Até hoje não construíram!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bebeto) - Sr. Egnaldo, por favor.



O SR. EGNALDO FRANÇA - Outra coisa: a burocratização das praças públicas. O ENCANTARTE foi se apresentar na praça pública esta semana e um guarda municipal queria barrar, porque a gente tinha que mandar um ofício para se apresentar. Ah! Se Castro Alves estivesse vivo, ele não faria aqueles poemas.

Políticas federais. Esse PRONATEC e o Jovem Aprendiz. Gente, para quem está sendo? Porque o meu aluno de percussão, lá do Maria Pinheiro, desempregado, envolvido com o tráfico de drogas, que não tem nem identidade, está excluído desse sistema! Ele não pode se ressocializar porque não pode entrar nesse programa.

Educação, gente! Itabuna fechou dez escolas. *(Manifestação na plateia.)*
Itabuna fechou dez escolas!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bebeto) - Egnaldo, só um momento. Eu vou lhe pedir que conclua. *(Manifestação na plateia.)*

Vocês hão de convir que nós temos aqui uma relação de pessoas que desejam falar.

Conclua, por favor. *(Manifestação da plateia: Garante a fala! Garante a fala!)*

O SR. EGNALDO FRANÇA - Esta é minha última fala.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bebeto) - Está garantida. Só estou pedindo celeridade.

O SR. EGNALDO FRANÇA - Eu quero encerrar dizendo: numa cidade que fecha dez escolas, numa cidade que fecha os espaços culturais e que burocratiza as praças, a gente vai colocar a responsabilidade na polícia? E essa polícia é letal. Esse tipo de responsabilidade, gente, para mim eu não quero.

Desculpem-me, passei do meu tempo, mas a ideia é essa.

Acorda, meu povo! Acorda, meu povo! *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bebeto) - Egnaldo, muito obrigado. Eu quero agradecer a todos que compuseram esta Mesa. Vamos dar sequência.

Eu gostaria de pedir a vocês o seguinte. Precisamos fazer um acordo. Nós temos uma lista de inscrição com 14 pessoas e vamos pedir a cada um que faça uma intervenção limitada a 3 minutos, porque nós temos um problema aqui de tempo. Gostaríamos de ouvir o maior número possível de pessoas nesta audiência.



Só quero fazer esse pedido novamente, Davidson, para que a gente possa limitar esse tempo. Vamos desfazer a Mesa e vamos...

Pois não, diga, Vereador.

O SR. JAIRO ARAÚJO - Nós não estamos numa sessão da Câmara, mas vou pedir uma questão de ordem, porque acabou que a Câmara foi citada, e eu não vou tomar o tempo, mas é importante que se faça justiça e se faça esclarecimento.

No Governo de Fernando Gomes, foi mudada a Prefeitura e, junto com a Prefeitura, foi deslocada a Câmara de Vereadores. Nós saímos de um prédio, Egnaldo, público, que passou para a iniciativa privada, e mudou-se a Prefeitura para o São Caetano — para não ficar parecendo que esta Câmara de Vereadores é contra a cultura e ocupou o espaço da cultura.

É claro que nós sabemos que uma Câmara sobrevive do duodécimo. É preciso, e nós estamos fazendo um esforço imenso, junto à Caixa, para conseguir construir a casa própria da Câmara de Vereadores. Você não deixa de ter razão quanto ao fato que está acontecendo, mas isso não é desta legislatura, e a gente espera conseguir resolver essas questões.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bebeto) - Obrigado, Vereador Jairo. Vamos fazer um acordo. Aos que forem falar, nós vamos chamar o primeiro e seguidamente o segundo orador, para possibilitar a chegada ao microfone.

Como primeira oradora, nós temos a Vereadora Soldado Valéria. Agradeço à Mesa pela participação de vocês.

A SRA. VALÉRIA MORAES - Boa noite a todos! Já chega a noite. (*Manifestação na plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bebeto) - Eu gostaria de pedir a vocês um pouco de atenção, por favor!

A SRA. VALÉRIA MORAES - Eu não poderia deixar de parabenizar a CPI de Deputados, em nome dos nossos companheiros de luta, os Deputados Federais Bebeto e Davidson Magalhães, aqui da região, que vêm fazendo um excelente trabalho, e também de agradecer à nossa plateia. Nós da Polícia Militar — e eu falo “nós”, praças —, nós precisamos, sim, mudar a Polícia Militar. Não é essa a polícia que nós queremos. E, sim, Sr. Deputado, o senhor pode nos ajudar com a PEC 51,



com a desmilitarização (*palmas*), porque nós precisamos disso, e quem não tem interesse na desmilitarização são os grandes oficiais da Polícia Militar.

Então, nós praças precisamos do apoio de vocês, e que fique registrado nesta sessão que nós precisamos, sim, dessa desmilitarização. Quero dizer que entendo — e a CPI também entende — que a Polícia Militar não é só efetivo, não é também só equipamento, mas realmente existe um confronto muito grande, e vários casos foram citados aqui. E também, como o Deputado Federal Davidson Magalhães falou, nós temos a polícia que mais morre.

Infelizmente, nos nossos quartéis não se permite a entrada, ou só com muita dificuldade é permitida a entrada das Comissões de Direitos Humanos. Com muita dificuldade nós entramos, e para entrar nós precisamos, sim, de políticos comprometidos com a segurança pública e que entendam que, dentro do quartéis, quando nós somos treinados — e digo isso porque entrei na Polícia Militar muito novinha, com meus 18 anos de idade —, nós tomamos gás na cara, com o corpo molhado, para podermos nos defender.

E, realmente, não é essa a polícia que nós queremos, não. A Polícia Militar, há pouco tempo..., e nesse pouco tempo tem se modificado com os treinamentos. Mas ainda está muito além disso, porque nós vemos companheiros se suicidando, nós sabemos de companheiros que morrem descendo de ônibus, que morrem chegando à porta das suas casas. Infelizmente, isso não se repercute, isso não se fala. Então, aqui neste momento, eu deixo... Nós precisamos, sim, da PEC nº 51. E isso é um anseio de cada um de nossos corações. Fortaleçam essa ideia!

Quando a plateia fala "*Não queremos mais a Polícia Militar*", é essa Polícia Militar que nós não queremos, não, porque com 18 anos, já completando 19 dentro dela — hoje estou Vereadora —, já ouvi coisas que não queria ouvir, vi coisas que não queria ver. Então, dizer que somos militares, somos. Hoje a Polícia Militar tem verdadeiramente pessoas com nível superior, formadas em Direito, Enfermagem — mudou realmente, porque antigamente se pegava quem era grosso, ignorante, para ser policial militar. Temos mudado, sim, essa ideia, mas precisamos ainda mais. E precisamos, sim, do povo, porque essa luta contra a desmilitarização é uma luta em que nós precisamos do apoio de cada um de vocês do povo e precisamos também de vocês Deputados Federais.



Quero dizer que sou policial militar, sou Vereadora e tenho dois filhos negros que estudam em escola pública do Estado. (*Manifestação na plateia.*)

Não, Antônio Carlos Magalhães, do Parque Boa Vista, está lá. Minha filha estuda na escola pública do Estado. (*Palmas.*) E quero dizer que nós contamos com o apoio de vocês. Precisamos, sim, da PEC 51 e também, gente, do apoio de cada um de vocês.

A Polícia Militar agradece! A segurança pública agradece!

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bebeto) - Obrigado, Vereadora. O segundo orador é Val Cabral, por 3 minutos. Em seguida, nós vamos chamar a Dra. Elizabeth.

O SR. VAL CABRAL - Boa noite, senhoras e senhores! Eu quero saudar a Mesa pela iniciativa excepcional dos Deputados Bebeto e Davidson Magalhães. E quero dizer que nós estamos em uma cidade dez, de um Prefeito dez, e por conta desse dez eu quero dizer que há 10 anos foi inaugurado nesta cidade um presídio para 480 pessoas e hoje já temos mais de 1.500 pessoas nele. Nesse período de 10 anos, o Governo do Estado não construiu uma só sala de aula na rede de ensino público neste Município.

Então, constrói-se presídio, mas não se constrói escola. Neste período de 10 anos e atualmente, nós temos uma situação de 400 policiais, quando nós tínhamos 1.200 há 10 anos. Nós temos um terço dos policiais militares num período de 10 anos! Nós tivemos 18 viaturas policiais há 10 anos, e hoje nós temos 8! E às vezes nós temos mais viaturas policiais nas oficinas do que fazendo policiamento na rua.

(*Intervenção fora do microfone. Inaudível.*)

O SR. VAL CABRAL - Então eu quero aproveitar este momento — eu não vou demorar 10 minutos —, para buscar um resultado, porque, meus queridos amigos, Deputados Bebeto e Davidson, nós estamos habituados a frequentar eventos em que o debate não tem resultado prático.

Cadê o rapaz, o Nailton, o pai do Nadson? Ah, aquele rapaz não tinha barba. Ele não tinha barba. Ele está tendo barba agora. E aquela barba é uma promessa. Enquanto não houver punição para os assassinos do filho dele, ele não vai cortar aquela barba.



(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. VAL CABRAL - Não vai, porque nós da *Sociedade* vamos estar com você. Aí vem o pleito que eu quero fazer em nome da imprensa, em nome dos radialistas desta cidade, em nome dos blogueiros e telejornalistas. Eu quero fazer um apelo a esta CPI da Violência contra Jovens Negros e Pobres. Eu quero que, da próxima vez que ela aqui vier — e eu acredito que virá para mostrar os resultados, porque vocês vieram para colher informações e voltarão para mostrar os resultados —, aquele rapaz tenha a barba cortada, não pela polícia, mas por ele mesmo. Eu quero que aquele cidadão, junto com a esposa, com a filha, que também foi vítima da violência policial, tenha uma resposta prática, porque nós não estamos aqui falando de uma Câmara Municipal de Vereadores — seria um demérito a este Poder. Estamos falando aqui do Congresso Nacional, que pode até ter mais de 300 picaretas, mas nós temos que acreditar em alguns. Não é todo mundo que está sujo, sabem? *(Palmas.)* Não é possível que lá nós não tenhamos pelo menos dois para virem aqui junto com a suas assessorias! Nós temos aqui 5 assessores do Congresso Nacional, mas nós não temos aqui um representante do Ministério Público! *(Palmas.)* Nós não temos aqui um representante da Polícia Militar! Não há um comandante do 15º Batalhão da Polícia Militar! Não há aqui um comandante da Polícia Civil, embora estejamos vendo ali alguns policiais. Se há algum comandante, sinceramente, eu não o conheço.

Mas eu gostaria que o Delegado Regional estivesse aqui à mesa!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bebeto) - Peço que conclua, Val.

O SR. VAL CABRAL - Para concluir, eu quero dizer que nós temos três problemas de violência — são milhares nos últimos 10 anos, milhares! Eu vou apontar três, para nós termos aqui uma resposta. Eu vou estar na televisão, eu vou estar no rádio, eu vou estar no *blog*, para cobrar dos senhores.

Eu quero resposta sobre o desaparecimento da estudante Clébia Lisboa, desaparecida há 3 anos. Eu quero desvendado o assassinato da Profa. Rayluciene Néry e eu quero a elucidação e a prisão dos assassinos do adolescente Nadson Almeida.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bebeto) - Obrigado, Val.



Concedo a palavra à Dra. Elizabeth. Em seguida, vamos chamar o Sr. Carlos Lima, representante do SINDPOC.

A SRA. ELIZABETH ROSA SOARES - Boa tarde a todos! Cumprimento os Srs. Deputados Davidson Magalhães e Bebeto, os Vereadores aqui presentes — importantíssimos e fundamentais para a denúncia que eu irei apresentar.

Meu nome é Elizabeth, faço parte da Comissão dos Direitos da Infância e Juventude da OAB. Iniciamos agora os nossos trabalhos, e esta é uma oportunidade ímpar para que a gente possa expor para a comunidade e colocar à disposição que a nossa instituição está unida com a nossa sociedade, porque, se nós não nos unirmos na defesa dos interesses fundamentais das nossas crianças, nós teremos uma sociedade, uma comunidade em Itabuna muito pior do que nós estamos vivenciando hoje.

Então, os direitos da criança e da juventude devem ser garantidos agora. A criança e o adolescente são o futuro, mas iniciativas devem ser feitas agora, neste momento. Eu acho importantíssimo a sociedade aqui estar presente, porque nós tivemos a oportunidade de acompanhar por longos 8 anos, quase 9 anos, um trabalho dentro do lixão de Itabuna.

Algumas pessoas aqui nos conhecem, talvez, alguns Vereadores. Nós já passamos por diversas gestões aqui: a do antigo Prefeito Geraldo Simões, a do Prefeito Azevedo, a do Prefeito Fernando Gomes, e, atualmente, nós cansamos. Nós estamos esperando a implementação daqueles dois sistemas iniciais para evitarmos a violência: a implementação de políticas públicas para aquela comunidade e, em segundo lugar, os programas sociais para aquela comunidade.

Então, em resumo, em síntese, eu gostaria só de lembrar aqui para vocês, porque é uma comunidade que vive distante dos nossos olhos. Foram apresentados aqui pelo Prefeito alguns programas sociais; foram apresentados, também, pelo Vice-Prefeito alguns outros tantos programas sociais. Mas todos eles que passaram e que estão presentes nunca apresentaram uma proposta de solução para retirar aquelas famílias de dentro do lixo e aquelas crianças que vivem em condições subumanas!

Eu não vi nenhum Vereador, nenhum Vereador, nenhum representante do Executivo se interessar verdadeiramente em resolver o problema! Eu acredito que



peessoas vivendo em condições subumanas daquele jeito, entre porcos e galinhas, eu acredito que seria prioridade para Itabuna a implementação dessas políticas. E vou dizer por quê. Porque o retrato do que foi dito aqui pelos Deputados, por Dr. Marcos Bandeira, que vivencia a realidade, pelo rapaz do ENCANTARTE, por D. Ceslau e por outros, o retrato está ali no lixão, gente.

Olhem, em 2006, no período em que nós ficamos lá, morreram mais ou menos cinco jovens adultos. Lá existe uma situação de comando do tráfico. As famílias vivem lá, como se diz, submissas aos atravessadores, vendem ali para aqueles atravessadores e dependem daquilo ali para sobreviver. É uma questão de saúde pública, porque porcos são criados ali dentro e são vendidos nas feiras livres de Itabuna. É um problema social e ambiental. Não vamos nem nos estender pelas questões ambientais. Mas é um problema social.

E crianças morrem ali. Morreram, em 2006, três crianças queimadas! E eu poderei, depois, encaminhar o nome dessas crianças para os senhores. Foram três crianças queimadas dentro do barraco, em 2006! Recentemente, antes da Copa do Mundo, morreram quatro, também queimadas. Eu acho que isso é mais recente, vocês devem se lembrar. Como veio a Copa do Mundo, a eleição, todo mundo esqueceu. Mas eu vou me comprometer a encaminhar, por meio da instituição OAB, o nome dessas crianças a quem ficar aqui responsável pela Comissão Parlamentar de Inquérito.

Recentemente — e é essa a denúncia mais contundente que eu gostaria aqui de trazer, que verdadeiramente representa o retrato dessa situação toda —, morreu Murilo do Lixão. Os agentes que estão aqui da Polícia Civil devem conhecer o caso. Murilo do Lixão foi suspeito de assassinar aquele engenheiro chamado Marcos, muito conhecido. Ele é um dos suspeitos. Em troca de tiros com a polícia, ele morreu 2 meses depois. Ele está nessa estatística das 36 pessoas mortas em Itabuna neste ano. Morreu em fevereiro.

Portanto, gente, eu gostaria aqui de sugerir, além de encaminhar essas denúncias, que a comunidade participe, que os Vereadores, na pessoa do Presidente da Comissão de Direitos Humanos, possam, juntamente com um representante do Executivo — acredito que não haja mais ninguém aqui —, verdadeiramente, priorizar essa situação. É muito bonito falar em política pública, é



muito bonito falar em programa social. Mas é muito importante nós resolvermos, hoje, em Itabuna, a situação dessa comunidade. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Beбето) - O.k. Muito obrigado.

O próximo orador é Carlos Lima, do SINDPOC. Em seguida, falará Paulo Lino.

O SR. CARLOS LIMA - Deputado Beбето, Deputado Davidson, em nome de V.Exas., eu saúdo todos aqui presentes. Eu me chamo Carlos Lima, fui Presidente do Sindicato dos Policiais Civis do Estado da Bahia e hoje estou na Diretoria. Sou membro do Diretório Nacional dos Policiais Civis, da Confederação COBRAPOL, e a situação é crítica em todo o Brasil, em todo o Brasil! Nós viajamos em todo o País e a situação é a pior possível.

Eu tenho 37 anos de polícia, com muito orgulho. Só tenho amigos. Eu fico triste de estar nesta Casa e não ver as autoridades competentes para estar aqui ouvindo o que vocês estão dizendo. *(Palmas.)* Fico triste com isso! Eu tenho orgulho, como eu disse, de ser policial, orgulho! É a minha vida! Eu passei 2 anos no Exército, 8 anos na Polícia Militar, sendo 6 anos efetivos e 2 anos de licença, e 31 anos de Polícia Civil, com a minha ficha limpa. Estou no Sindicato da Polícia por ironia do destino. Mas ouvi tanta coisa que eu fico envergonhado, às vezes, de tirar a minha carteira e me identificar como policial. É triste! Existe hoje no País a falta de governo — no País! —, a falta de gestão.

Hoje, eu fico um pouco alegre de ver dois Deputados novos, como há muitos, e nós vamos levar, a curto prazo, um novo modelo de gestão de segurança pública para, quem sabe, ser implantado no nosso País. Nós vamos levar esse projeto. É triste! Eu queria até agradecer, Deputado — e esqueci —, o convite de V.Exa. Eu vim em condução própria e ontem eu saí com os colegas policiais e vi um absurdo hoje aqui no Município e no Município de Ilhéus: as ruas escuras, sujas. Eu não sei o que vou dizer que vi, porque é triste. E isso colabora com a falta de segurança, porque hoje nós policiais saímos para trabalhar de manhã. Há muita gente de bem na polícia, muita gente, e há muita gente que não vale nada, como há em toda classe no Brasil. *(Palmas.)* Inclusive, nós estamos passando por uma fase difícil. Se hoje tivéssemos uma Justiça séria, estavam todos na cadeia, não haveria ninguém solto.



Então, gente, eu fico triste e digo, para completar, que nós saímos de manhã para trabalhar, deixamos nossos filhos dormindo e, quando nós chegamos, já tarde da noite — porque, quando saímos, vamos nos ocupar com outras coisas nossas —, encontramos nossos filhos dormindo. Nós saímos e a família não sabe se voltamos, porque a situação está difícil não só para vocês da periferia, como para nós também.

A falta de governo é que está causando tudo isso. Que todos os erros causados sejam punidos! Que os culpados sejam punidos, sem exceção! Agora, nós não vamos atacar as pessoas que são de bem, como existem muitas pessoas de bem. Nós temos que ser amigos da população. Não olhem a polícia como sua inimiga. Olhem a polícia como sua amiga, sua protetora, e denunciem aqueles que são contra a lei, inclusive policiais, porque lugar de bandido, seja ele quem for, é na cadeia.

Muito obrigado! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bebeto) - Concedo a palavra ao Sr. Paulo Lino.

O SR. PAULO LINO - Prezados e Exmos. Deputados Davidson Magalhães e Bebeto Galvão, nas pessoas de quem saúdo todas as autoridades aqui presentes, Sras. e Srs. Vereadores da minha terra, este País tem uma dívida impagável com duas raças: a de V.Exa., Sr. Presidente, o negro, e a minha, o índio.

Eu ouvi todos os pronunciamentos. Não vou adentrar o espaço das cifras. Eu ouvi um orador dizer aqui também que Nailton não tinha mestrado em nada. Não, Nailton, você tem o mestrado da dignidade, você tem o mestrado do trabalho, você tem o mestrado da cidadania. (*Palmas.*)

E aproveito para saudar os senhores e as senhoras funcionárias do Congresso Nacional. Sem esses homens e sem essas mulheres, não existiriam as duas Casas do Congresso, porque são eles que registram para a história de hoje e de amanhã o que está acontecendo nesta tarde aqui na cidade de Itabuna.

Meus companheiros de rádio, de jornal, de televisão, dos *blogs*, que estão aqui, a imprensa não é a responsável pelos desmandos administrativos deste País. E eu falo em nome da Associação Baiana de Imprensa.



O Brasil está tomando conhecimento de que o esforço do Deputado Davidson Magalhães e o esforço do Deputado Bebeto Galvão estão trazendo para a terra *mater* deste País, a Bahia, a CPI da Violência.

E que violência, Deputado Bebeto, que violência, Deputado Davidson Magalhães, fizeram com a Bahia e com a região sul! O maior terrorismo ecológico de toda a história da humanidade, com a vassoura-de-bruxa, pegando 250 irmãos nossos, trabalhadores rurais que fizeram a grandeza desta terra. Foi o braço forte do trabalhador rural, Bebeto, que na década de 70 produziu 1 bilhão e 700 milhões de dólares na pauta das exportações nacionais.

Meu jovem líder da União da Juventude Socialista, gostaria de ouvir do meu jovem líder, porque eu também fui líder estudantil. Gostaria e o convido para ir à minha televisão, à *TV Itabuna*, para que você possa fazer um pronunciamento pedindo à Presidenta Dilma Rousseff que não corte a verba do FIES. (*Palmas.*) E peço ao Deputado Davidson Magalhães, que passou por esta Casa com honra, com altivez, com dignidade, com postura e com transparência, a quem nós do sul da Bahia delegamos um mandato, como delegamos a este rapaz humilde, simples, da construção civil. Acompanho e acompanhei a sua luta, Bebeto Galvão. Seja um porta-voz destes jovens aqui.

Eu ouvi D. Ceslau Stanula e ouvi Dr. Marcos Bandeira falarem em oportunidades. Mas tirar o dinheiro do FIES é uma violência contra a elite pensante deste País.

Obrigado, Bebeto, obrigado, Davidson! Esse Congresso Nacional, apesar de toda essa putrefação que tem, apesar da roubalheira que tem, apesar dos bilhões tirados do imposto, do suor e da dignidade do povo brasileiro, esse Congresso Nacional tem homens da altivez, da altura e da postura de V.Exas. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bebeto) - Muito obrigado, Paulo.

Nós vamos passar a palavra a mais dois convidados e passaremos a direção dos trabalhos para o Deputado Davidson. Gostaria de convidar o Felipe Cabral e, em seguida, o Fabison.

Alguns oradores têm cobrado a presença de autoridades da área de segurança pública. Eu desejo registrar algumas preocupações. Nós fizemos uma audiência pública em Salvador e tivemos o cuidado, para garantir um equilíbrio na



discussão, de convidar famílias das vítimas, convidar o Judiciário, convidar também o Ministério Público, convidar os responsáveis pela segurança pública do Estado da Bahia, o Secretário de Segurança Pública, o Comandante-Geral da Polícia Militar, para que a discussão pudesse transcorrer de forma equilibrada. Mas tenho a registrar que, lamentavelmente, em nenhuma dessas oportunidades, em Salvador e aqui, nenhum desses convidados se fez presente, em Salvador e muito menos aqui.

Portanto, nós não estamos objetando a participação dos representantes da área de segurança pública. Eles é que não participaram. Então, lamentavelmente, nós temos que fazer este registro, porque para esta audiência também foram convidados. Tenho que fazer este registro em nome do equilíbrio que tem tido a Comissão Parlamentar de Inquérito.

Com a palavra Felipe Cabral.

O SR. FELIPE CABRAL - Boa noite a todos! Boa noite aos senhores! Parabenizo V.Exas., Srs. Deputados, pela iniciativa de trazer esta Comissão aqui para discutirmos a realidade do nosso Município.

De maneira breve, só para deixar aqui o meu comentário, eu acredito que hoje tudo contribui para a violência. A violência propriamente dita não se dá apenas quando realmente chega a seu último estágio, que é um assassinato, uma violência seja ela de que grau for. Mas a violência se dá desde quando o Governo deixa de investir em educação, desde quando o Governo deixa de investir em geração de emprego. Tudo isso contribui para que a violência se reflita. E a violência se dá também quando algumas pessoas que fazem parte da instituição, que deveriam prestar segurança, furtam-se disso e praticam a violência, praticam a criminalidade, como foi o caso que aconteceu com a família do jovem Naéliton. Deixo a minha solidariedade e a minha torcida para que esses maus, os que fizeram isso com ele, sejam punidos severamente, como manda a lei.

Mas uma coisa eu ouvi da parte de algumas pessoas que usaram a palavra aqui: que a violência vai ser resolvida jogando a culpa de um para o outro; que a culpa da violência é da polícia; que a culpa é do tráfico; que a culpa é do Governo. Eu acredito que nós vamos chegar a uma solução para amenizar os números da violência no Brasil quando passarmos a tratar em conjunto.



Eu não acredito — e isso é fato — que a culpa da violência seja da polícia, seja do Estado. O Estado tem o seu dever de oferecer educação, de oferecer trabalho. A polícia tem o seu dever de fazer a segurança da sociedade. Mas o grande vilão da sociedade, aqueles que trazem a violência, que trazem a criminalidade, são os criminosos. E eles podem estar em várias esferas.

Mas um grande problema que temos hoje, sim, apesar de que algumas pessoas disseram aqui que não, é o tráfico de drogas. Hoje as pessoas roubam para usar droga. Hoje as pessoas matam, para roubar, para usar droga. Hoje as pessoas invadem para usar droga. Então, tudo isso é violência. Toda essa violência é devido às drogas.

Quando o Estado, quando o Governo e quando a polícia começarem a agir de maneira mais dura com os bandidos, com os traficantes, com certeza essa violência será diminuída. Um dos grandes problemas que temos aqui no Brasil é que as leis existem, mas não são aplicadas da maneira que deveriam ser, para tratar esses criminosos com rigor.

Hoje, muitos jovens estão sendo ludibriados e arrebanhados pelos grandes traficantes, para servir no mundo do crime. E tudo isso é estatístico, tudo isso é dado comprovado. Todos esses menores, todas essas pessoas, a grande maioria da nossa juventude, que tem se perdido hoje pelo mundo, não só aqui em Itabuna, mas em todo o Brasil, 99%, sem medo de errar, perderam-se devido ao uso de droga. Então, o que nós precisamos aqui é que a sociedade e o Governo se unam contra o tráfico, desde as fronteiras até o pequeno traficante na cidade.

Então, enquanto nós ficarmos naquela brincadeira de defender traficante, de defender... *(Manifestação na plateia)*. Eu estou mentindo? *(Apupos na plateia)*.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bebeto) - Conclua, Felipe.

(O Sr. Presidente faz soarem as campainhas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bebeto) - Gente, por favor! Vamos garantir a palavra ao orador. Vamos, respeitosamente, garantir a palavra. O bom da democracia é isso, essa pluralidade de opiniões. Então, vamos aguardar. Ele está concluindo.

O SR. FELIPE CABRAL - Enquanto não houver esse rigor, de fato, com quem traz e com quem contribui para que a violência continue existindo no nosso



Brasil, enquanto essas pessoas não forem punidas como devem, a tendência é só piorar. Então, todos nós que estamos aqui temos em comum o interesse de ver a violência contra os nossos jovens diminuída realmente.

Enquanto nós, de fato, não tivermos essa coragem...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bebeto) - Conclua, Felipe.

O SR. FELIPE CABRAL - ... de lutar, de nos unir para acabar com a violência no Brasil e deixar de criar culpados, de culpar o Estado, de somente culpar a polícia e defender quem de fato traz a violência para nós, nós não teremos êxito.

Desde já! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bebeto) - Muito obrigado, Felipe.
(*Manifestação na plateia.*)

Quero, antes de passar a palavra, transferir aqui... Gente, por favor! Nós estamos concluindo. Faltam... Por favor!

Nós estamos concluindo — faltam oito oradores.

O SR. FABISON MOREIRA - Vocês me desculpem, mas policial nenhum é meu amiguinho. (*Palmas na plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bebeto) - Está bem.

O SR. FABISON MOREIRA - Desculpem-me! O policial não é meu amiguinho. Ele não me trata com carinho, porque eu sou preto. Vamos lembrar um pouquinho a história? Lá, quando os capitães do mato saíam em busca dos negros fujões — e aí, mais tarde, mudaram os seus nomes e lhes deram o nome de policiais militares... Minha gente, existe uma grande verdade: policial não gosta de preto, pobre e marginalizado. Essa é a grande verdade!

Está bem. Vamos tapar o sol com a peneira e dizer que eles são bonzinhos e que eles estão cuidando do nosso Município e tratando bem de tudo aquilo que é nosso. Nós temos cidadãos, e os cidadãos sabem fazer isso! Nós não precisamos de policiais que apontem a arma na cara do preto e digam “vagabundo”, que olhem para a mulher e digam “prostituta”, “cachorra”! É assim! (*Palmas.*)

Tudo bem, talvez as pessoas quisessem ouvir palavras de gente que tenha doutorado, mas eu sou Kinho. Eu sou Kinho! Eu sou Kinho! (*Palmas.*)

Lá na cidade de Itajuípe, quando eu fui falar para o policial que um cara estava batendo numa mulher, o policial branco, do outro lado, atende o telefone e



diz assim: *“Deixa bater nela, porque mulher gosta de apanhar”*. Eu falei: *“Qual é o seu nome?”* E ele não quis se identificar. Mais tarde eu coloquei tudo aquilo que aconteceu na Internet, lá no Facebook. Os policiais caíram matando lá no Inbox, dizendo-me um monte de coisas.

E aí, mais tarde, eu sofri um assalto. O policial falou bem assim: *“Ah, é você aquele menino lá da Internet, o famosinho?”*. Eu falei: *“Eu não sabia que eu era famoso, mas obrigado”*. Ele disse bem assim: *“Cuidado com o que você faz e com o que você fala, porque você está na minha lista. Eu vou acabar com você”*. Eu posso dizer que um cara desses é meu amigo? Minha amiga é minha mãe, meu amigo é meu pai, e não um cara desses. *(Palmas.)* Ele é sacana! Ele é sacana! Eu sou cidadão, eu sou gente, eu sou pessoa.

Como é que um policial, alguém que recebe lá do Estado, que recebe do meu bolso... E eu disse isso a ele: *“Você recebe do meu bolso”*. E ele falou bem assim: *“Está com medinho? Você está meio trêmulo”*. Eu falei bem assim: *“Eu sou uma pessoa enérgica, eu não estou com medo de você. Eu posso ficar trêmulo porque eu tenho convicção naquilo que falo, mas eu não estou com medo de você”*. Ele falou bem assim: *“Cuidado!”*. Mais tarde eu falei com o tenente, Tenente Cosme, da cidade de Itajuípe.

Eu não estou lembrando o nome do policial que me disse esse desaforo, e, para não ser injusto, eu não vou citar nomes. Mas eu falei com o Tenente Cosme. Ele disse bem assim: *“Quer apresentar alguma queixa ou fazer alguma coisa, já que ele tem culpa?”*. Eu falei: *“Tenente, ele não tem culpa. Culpa maior tem quem colocou a farda nesse homem. Culpa maior tem você. Culpa maior tem você. De senhor eu não te chamo”*.

E é justamente isto: como é que eu posso chamar de “amiguinho” alguém para me defender? Eu não preciso disso, não. O povo negro do Brasil, do meu País, do nosso Estado, precisa de reparação, e não de policiais. Nós não precisamos de policiais; nós precisamos de reparação pela surra que o nosso povo negro levou ao longo da história. Nós precisamos de reparação ao povo de terreiro, que não pode dizer: *“Meu pai, faça justiça ao povo negro!”*. *(Palmas.)*

O nosso povo não pode clamar!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bebeto) - Conclua, Kinho.



O SR. FABISON MOREIRA - Fiquem com Deus e salvem o povo negro.
(Palmas.)

Que o nosso pai, Xangô, faça justiça ao seu filho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bebeto) - Meus amigos, eu quero me despedir desta rápida presidência *pro tempore* da Comissão e agradecer a todos vocês. Vou passar ao Deputado Davidson, mas dizer, antes, rápidas palavras.

Primeiro, esta Comissão tem buscado ouvir a todos sem, *a priori*, estar estabelecendo qualquer tipo de criminalização, até porque os relatórios finais que nós desejamos consolidar levarão em consideração as oitivas que a Comissão está realizando em todo o País, a partir do debate com especialistas, com pesquisadores, com vítimas de famílias que sofreram violações.

Então, para encerrar, o Deputado Davidson vai sequenciar ainda esse processo como Deputado nosso da cidade de Itabuna e da região, e esta é uma combinação que nós fizemos. Quero dizer só rapidamente que o atual modelo de segurança que nós temos, que está vigente no Brasil, ele tem sido — eu estou falando do modelo de segurança — o principal violador dos direitos humanos. Às vezes nos é muito mais fácil imputar ao outro, individualmente, uma responsabilidade, quando nós sabemos que a estruturação do Estado brasileiro e a lógica dessa estruturação obedeceram, em dada quadra da história política deste País e da história econômica, uma ótica, um caminho.

Nesse sentido, nós não podemos deixar de considerar que esse modelo de segurança, que tem elementos de permanência desde a escravidão e que tem esse elemento de permanência na nossa atualidade, leva em consideração, como bem afirmou o Lima, três condições. A primeira é que as práticas prioritárias desse sistema estão vinculadas ao aparelhamento, é isto, o aparelhamento como o motor central. Ele é importante, mas não deve ser só ele. A segunda é que o encarceramento é a lógica, e não um conjunto de novas políticas que possam levar em consideração a educação, a cultura e uma série de outros elementos. E a terceira é o enfrentamento, que muitos consideram, inclusive os policiais, como prática que não é só contra a sociedade.

O próprio processo de treinamento dos policiais militares e o sofrimento psíquico a que eles se submetem num processo interno de formação, que extrapola



na defesa e no enfrentamento como parte de uma cultura que essa instituição estabeleceu na sua formação, devem ser considerados como elementos centrais a serem superados nesse processo de debate. E, por isso mesmo, compreender a dimensão dessas questões é compreender de que forma e em que lugar nós vamos nos situar para enfrentar esse debate nacional a respeito da política de segurança, que tem uma natureza sistêmica. Ela não é pontual, não é uma questão de um policial, não é uma questão... É uma questão sistêmica, como muitos companheiros disseram.

Portanto, eu quero encerrar esta minha participação dizendo da nossa alegria de aqui estar ouvindo os depoimentos. Não somos daqueles que acreditamos na política de encarceramento, da mudança de lugar, com essas propostas que estão tramitando no Congresso, sobretudo da diminuição da maioria penal, mudando a criança de lugar, tirando-a da escola e colocando no encarceramento. Não concordamos com essa atitude.

Mas também há um lugar que nós devemos reconhecer, que, no nível de pobreza que está estabelecido, em quaisquer dados estatísticos que nós realizamos, no emprego, nos menores salários, primeiro, vem na escala: maior salário, homem branco; segundo, mulher branca; terceiro salário, homem negro; em quarto lugar, mulher negra. Há um mapa que nós temos no País, com a pobreza, e a violência está estabelecida. Quem estão encarcerados são os negros e negras.

Portanto, não nos basta apenas, como na luta emancipatória das mulheres, dizer que a luta feminista tem um caminho, tem uma afirmação. Mas há uma contradição no interior da própria luta feminista, que é como se visibiliza o papel da mulher negra nessa luta, que é uma luta igual, mas que tem diferenças intrínsecas no seu próprio processo. É igual ao processo de luta que nós estamos trabalhando, da violência contra a juventude, é contra a juventude. Mas, ao promover o recorte dessa violência, nós identificamos qual é a parte da juventude que tem sido mais intensamente violentada e as razões dessa violentação dos direitos.

Por isso mesmo, nós queremos construir, estamos construindo, pelo debate nacional, a oitiva de diversos especialistas, e o Deputado Davidson tem sido aqui um companheiro, um estudioso, tem atitude denodada nesse tema, buscando construir caminhos. Nós temos esta clareza.



Aqui estamos para ouvir. Tenham certeza de que levaremos as vozes, aqui, com as suas reclamações. Daremos tradução plena, pelas notas taquigráficas dos que aqui estão, dos servidores da Casa, para, de modo fidedigno, expressar o que aqui nós ouvimos, e vamos levar isso como uma proposta, como uma preocupação para que, no relatório final, nós consolidemos a posição, a expressão, os valores aqui apresentados pela sociedade civil organizada, pelos ativistas do Movimento Negro, pelos agentes de segurança pública e por todos, Vereadores e Vereadoras desta Casa, que falaram, expressando as suas preocupações.

Então, passo a palavra ao Deputado Davidson e aqui me despeço, agradecendo pela acolhida. *(Palmas.)*

Vamos estar juntos, em nome do nosso povo, em nome da região, mas, sobretudo, para combater essa violência. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Davidson Magalhães) - Nós vamos dar continuidade às inscrições. O Bebeto é mais liberal, mas eu vou ser extremamente rigoroso no tempo, porque nós temos... *(Risos)* O Bebeto deixou aqui o pessoal falar, mas é o seguinte... *(Risos.)*

(Não identificado) - Liberal? O Bebeto é socialista! *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Davidson Magalhães) - Agora é o Fabison Moreira. É Fabison Moreira.

(Não identificado) - Já falou.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Davidson Magalhães) - Já falou? Então, Pedro. Depois do Pedro, tem o Diego Brito.

Nós vamos fazer assim: quando faltar 2 minutos, eu dou um toque, viu?

O SR. PEDRO ARACATIBE - Boa noite a toda a comunidade aqui presente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Davidson Magalhães) - Faltam nove pessoas ainda.

O SR. PEDRO ARACATIBE - Saúdo as autoridades presentes na figura do Deputado Davidson Magalhães, e, pela celeridade, eu gostaria de deixar uma pergunta aqui à comunidade: queria saber por que não tem uma representante mulher sentada nesta mesa. *(Palmas.)*

A violência contra a mulher, hoje, é uma realidade na nossa cidade, no nosso Estado, e não tem uma representante aqui. Inclusive, as representantes que aqui



passaram, não desmerecendo a fala de nenhuma delas, não citaram esse assunto, certo? Então, sintam-se representadas aqui pela minha pessoa, infelizmente, porque gostaria de vê-las aqui, na mesa, representando também a violência contra a mulher.

Eu queria dizer, Deputado, que eu fico triste quando eu passo na rua e vejo um *outdoor* do Governo da Bahia dizendo que contratou 3.200 policiais militares. Mas, ao mesmo tempo, eu vejo outro *outdoor* dizendo que as universidades estaduais da Bahia estão em greve. Os professores de Itabuna estão em greve. Os de Camacan saíram de greve ontem.

A receita para resolver a violência não é educação, gente? Não é educação? Não é arte? Não é esporte? Cadê os espaços de arte? Até hoje o coordenador do Centro de Cultura Adonias Filho não foi nomeado. Estamos no mês de maio. Será que abandonaram o Centro de Cultura e não avisaram a população?

Não temos cultura, não temos esporte. Nosso espaço de esporte aqui é uma beira-rio para a gente dar voltas e, ainda assim, não é iluminada, não tem policiamento, não é segura. Não temos quadras nos bairros. O campo do São Lourenço está uma briga jurídica porque o proprietário se diz dono do terreno, um terreno que é usado pela comunidade para jogar bola há mais de 20 anos.

Eu gostaria, realmente, que se fizessem presente, ainda, aqui... Infelizmente, têm outros compromissos, tiveram que ir embora, mas o Vereador Jairo está aqui, para anotar essas reclamações e passar isso adiante. Porque nós temos o Vereador Joilson, também; Valéria, representando as mulheres...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Davidson Magalhães) - Dois minutos.

O SR. PEDRO ARACATIBE - Então, essas reclamações têm que ser levadas adiante. Se a receita contra a violência não é a Polícia Militar, é a educação, é o esporte, é a arte, nós precisamos ver isso dentro do nosso Município, dentro do nosso Estado, certo? E nós não estamos vendo.

Passamos agora pelo 13 de maio, onde, em 1888, foi assinada a abolição da escravidão, e, hoje, eu posso dizer que nós deixamos de ser escravos dos senhores feudais, mas continuamos escravos da violência.

Muito obrigado. Até a próxima. (*Palmas.*)



O SR. PRESIDENTE (Deputado Davidson Magalhães) - Parabéns aí pela disciplina no tempo.

Diego Brito. Depois do Diego, Aryna Ramos. É isso?

O SR. DIEGO BRITO - Boa noite a todos e todas presentes. Gostaria de saudar os presentes aqui na figura dos coletivos, dos independentes que estão aqui hoje pra gente discutir esse extermínio da juventude negra, que vem assolando não só a nossa cidade, mas todo o País.

Eu acho que é importante, quando a gente está discutindo isso, esse tema que hoje a CPI traz aqui, dizer que a gente discutir o extermínio da juventude negra é discutir que, acima de tudo, a gente vive, a gente vivencia uma sociedade que é racista. Nós temos que entender que nós vivenciamos uma sociedade racista.

Nós não podemos cair no engodo de que nós hoje vivemos uma democracia racial. É preciso a gente entender, hoje, que mesmo com as pouquíssimas políticas que a gente tem de inclusão o povo negro, hoje, não tem as suas oportunidades equiparadas à população branca. É preciso entender que hoje, como diz a canção, a gente vive um *apartheid* disfarçado. A nossa sociedade, hoje, ela é totalmente desigual. Hoje, para a população negra conseguir galgar uma posição na sociedade em que a gente vive hoje é muito mais difícil, é muito mais complicado do que para a população branca.

A partir desse entendimento, a gente tem que entender que essa sociedade racista reflete um Estado racista. Nós temos, hoje, um Estado racista, e o braço armado desse Estado é a Polícia Militar. (*Palmas.*)

Por que é importante afirmar isso?

Eu acho até estranho que nenhum dos oradores que me antecederam aqui tocou no caso que, no começo do ano, estremeceu o nosso Estado, que foi o caso da chacina que aconteceu no Cabula. (*Palmas.*)

O que aconteceu nessa chacina? Jovens negros, da periferia, foram assassinados, e o Governador foi à imprensa dizer que isso foi um gol. O Governador comparou o assassinato de jovens negros, na chacina do Cabula, a um gol! A um artilheiro que, na hora de fazer o gol ali, fica nervoso, e aí ele faz isso.

É preciso a gente entender que a Polícia Militar... O termo “militar”, o termo “militar”, ele significa, ele é tratado para a guerra. Hoje, a gente vê muita gente



saindo aqui, na rua, pedindo a intervenção militar, pedindo... Os saudosistas do golpe. Esses saudosistas vão no Maria Pinheiro, vão no São Pedro, vão no Gogó da Ema, no Pau Caído para ver se o que acontece lá não é o que acontecia na época do golpe; se o que acontecia lá não é o Estado mínimo, não são os autos resistência, que só servem para perseguir o povo negro!

Continuando com esse raciocínio, hoje, o Governo do Estado da Bahia quer implantar aqui, também, no nosso Estado, e já vem implantando, um modelo que é colocado no Rio de Janeiro, que é o modelo das UPPs, das Unidades de Polícia Pacificadora. Aqui, na Bahia, ele só ressignificou o nome: são as Bases de Segurança.

Vamos perguntar para o Governador daqui daquele Estado se esse modelo é tão eficaz assim, por que lá no Rio, hoje, a pergunta que não quer calar é “*Cadê o Amarildo?*”, é “*Cadê a Cláudia?*”, que foi arrastada pela Polícia Militar (*palmas*), ambos negros, pobres, moradores de favela. É esse o modelo que o Governo quer copiar do Governo Sérgio Cabral e trazer aqui para a Bahia. Inclusive, aqui, em Itabuna, a gente já tem uma Base de Segurança nesses moldes, no bairro do Monte Cristo.

Para terminar, queria dizer sobre o papel desta CPI. O papel que esta CPI tem é exatamente isto: identificar... Por mais que haja policiais, hoje, que devem, sim, ser punidos pelos seus atos, mas a polícia, ela reproduz uma política do Estado. A polícia, ela é nada mais, nada menos do que o braço armado do Estado, e isso precisa ser deixado claro.

Hoje, este ano, no começo do ano... Nós temos aqui, em Itabuna, o IMEAM, que é o Instituto Municipal de Educação Aziz Maron. Esse colégio tem um regime integral. Na manhã, os estudantes têm aula, e, de tarde, os estudantes têm algumas atividades complementares, como atividades do Mais Educação. Só que o que aconteceu? A verba do Mais Educação não chegou ao colégio. E qual é a relação que isso tem com o que a gente está debatendo aqui? Já foi examinado pela polícia que os alunos, de manhã, vão para as escolas...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Davidson Magalhães) - Diego...



O SR. DIEGO BRITO - ... e, de tarde, ficam vagando nas proximidades do IMEAM, e isso resultou no aumento da violência, no aumento de chamadas para a polícia naquela região.

Então, como é que a gente pode dizer que a saída é a gente prender os nossos jovens enquanto vê que, pelo fato de não ter aula à tarde porque a verba do Governo Federal não chegou, esses jovens ficam vagando na rua, e, infelizmente, são levados ao crime?

Para concluir, só o que eu queria deixar aqui, para finalizar, é a importância desta discussão que a CPI vem fazendo aqui, mas que isso aqui seja mais do que a gente vir aqui chorar as nossas pitangas. Que isso aqui possa, de fato, ocasionar uma política que venha, de fato, transformar a realidade que a gente tem hoje nas periferias, nos espaços do Pau Caído, do Gogó da Ema, do Maria Pinheiro, do São Pedro que a gente tem aqui.

Mais do que a gente vir aqui se lamentar, é que a gente possa ter esperança, né? Que o povo negro possa, de fato, se libertar, porque no 13 de maio essa libertação não houve. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Davidson Magalhães) - Diego, a Comissão, o segundo lugar, a segunda localidade que a Comissão foi visitar... Primeiro foi o Rio, exatamente na área do Alemão. A segunda foi em Salvador, em função da denúncia do que aconteceu no Cabula.

Aqui não tocamos no assunto porque estávamos tratando de ouvir mais os problemas relacionados à região, entendeu? Mas não houve esse posicionamento. Aliás, parece-me que, até como resultado dessa pressão que a CPI fez em Salvador, logo depois, o Ministro Público fez a denúncia em relação àquela chacina do Cabula.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Davidson Magalhães) - Foram todas as atividades. Nós não podemos subestimar as ações políticas que foram realizadas, a denúncia que foi realizada no Congresso Nacional, que também foram importantes para esse papel.

Nós vamos ser rigorosos no tempo, porque ele já está se esgotando.



Com a palavra Aryna Ramos, depois Robenilson. Quando nós avisarmos 2 minutos...

A SRA. ARYNA RAMOS - Primeiramente eu gostaria de saudar a todos aqui, principalmente as mulheres, que dificilmente são citadas. *(Palmas.)*

Um camarada aqui citou que as classes mais oprimidas são os índios e negros. Eu discordo. Eu acho que a mulher negra em si é muito mais oprimida do que um índio ou do que um negro, porque, além de ela ser negra, ela é mulher. E muitos machistas acham que têm o direito de, por isso, abusar e se utilizar do seu corpo, quando isso não é verdade. *(Palmas.)*

Outra coisa muito engraçada é o nosso amigo policial dizer que ele sente medo no bairro dele. No meu bairro, eu não tenho um revólver debaixo do banco do meu carro; eu não tenho um portão elétrico, eu não tenho um portão que me dê segurança de não haver um bandido dentro da minha casa; o bandido não vai pensar "*Não, ali tem um policial*".

Aqui, de hora em hora passa a ronda. Eu moro no Pontalzinho, junto com alguns amigos numa república, e a gente vê que, de hora em hora, tem uma ronda policial. No entanto, quando eu morava com a minha mãe no morro no bairro de Fátima, na divisa com Monte Cristo, a gente não via essa polícia, não. Só via a polícia subir lá para dar tiro na cara do menino que estava sentado na esquina e depois colocar lá "auto de resistência". Quem é que vai provar que não foi um auto de resistência? Se um cidadão for lá depor contra ele, ele vem com a arma, coloca na cara do cidadão e fala "*Continue fazendo isso para você ver o que eu faço com a sua família*". *(Palmas.)*

Então, é muito fácil dizer, como o camarada que eu não estou vendo aqui: "*Ah, é o tráfico de drogas, não é a polícia*". Não, é a polícia, sim. Porque, se houver iniciativa pública, se educar os policiais para eles entenderem que eles não são donos dos cidadãos... Eles são donos da farda deles, mas quem paga a farda deles é o cidadão. E se o cidadão paga a sua farda, ele tem que obedecer à gente, não ouvir do Prefeito, do Governador, de quem quer que seja "*Vai lá, desce o cassetete, bate no estudante*". Não!

Por que, quando um *plaboyzinho* morre e os ricos vão para a rua fazer protesto, ninguém desce bala de borracha, ninguém desce *spray* de pimenta



(*palmas*) e, quando um estudante vai lá defender sua bandeira, vai defender o negro, vai defender a mulher, vai defender quem é da periferia, a polícia senta a porrada e não quer perguntar nome? Primeiro eles atiram, depois eles perguntam.

Um caso bem intrigante de auto de resistência aconteceu com um jovem — se não me engano, o nome dele era Nadson. Agora, na Semana Santa, na quinta-feira, os policiais subiram o morro do Alemão, deram um tiro na cabeça do jovem e depois alegaram troca de tiro e auto de resistência. Para a infelicidade deles, a população filmou os policiais descendo o morro de maneira calma e pacífica.

Desculpem, mas se eu sou policial e estou numa troca de tiro, eu não vou descer a escada aqui de boa. Então, não há como ser auto de resistência você chegar na cabeça de um jovem e dar um tiro. Primeiro, você não ia ter uma mira tão precisa para botar uma arma aqui no meio da minha cabeça.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Davidson Magalhães) - Aryna, 3 minutos.

A SRA. ARYNA RAMOS - Para concluir, eu não me sinto representada por uma Mesa em que só há homens. (*Palmas.*) Eu necessito de uma mulher negra para falar sobre a juventude negra. Eu preciso de negros aqui para me representar. E, acima de tudo, estudante, porque o estudante tem voz, o estudante sabe o que ele quer. E não é Deputado, não é gente de poder que vai me representar, não.

Eu sou da favela. Eu sou negra. Eu sou estudante. Então, eu quero minha voz aqui, ó. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Davidson Magalhães) - Aryna, fique aqui.

Gente, quero informar o seguinte: saiu uma lista de pessoas convidadas, porque tem uma formalidade na Comissão Parlamentar de Inquérito. Aqui é uma sessão registrada, que serve, inclusive, como elemento para elaboração do relatório. Havia três mulheres convidadas que, infelizmente, não estiveram presentes. Não podíamos fazer alteração. Na hora, nós não podemos substituir só pelo fato... Elas estavam numa representação. Foi criado um critério pela CPI, e, infelizmente, pela não participação, nós não podíamos apenas fazer uma substituição.

Com a palavra Robenilson. Logo depois, Rafael.

Robenilson, 2 minutos, eu dou um toque, viu?

O SR. ROBENILSON TORRES - Boa noite a todos, boa noite, Deputado Federal Davidson, Bebeto.



Olha só, gente, o genocídio negro sempre foi negado pelo Estado, pelo Brasil. Só que hoje não tem mais como negar isso, porque a verdade está nos números, está nas estatísticas, está no nosso dia a dia. Isso tem sido divulgado.

No Brasil, o Estado tem chegado na periferia, no povo negro de duas formas: uma, pelo braço, pela repressão, e a outra, pela omissão. O Estado tem se omitido, tem negado, cada vez mais, direito ao jovem negro.

Eu quero falar aqui um pouquinho sobre números de Itabuna, já que estamos aqui mais específicos em Itabuna...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Davidson Magalhães) - Esta audiência é sobre a região.

O SR. ROBENILSON TORRES - Sobre a região.

Olhem só: 93% são as pessoas negras assassinadas em Itabuna; ignorado, 4% — esse “ignorado” coloco o negro também, porque o branco, se morrer, não é ignorado —, e branco, 3%. Então, a maioria esmagadora. Zero vírgula dois é a participação de pessoas brancas sendo vitimadas em Itabuna.

A Base comunitária, instalada no bairro de Monte Cristo, e já falei isso antes, foi instalada em cima de uma quadra de esporte. A gente vê aí a presença do Estado, o braço repressor do Estado. Agora, instalaram câmaras em todo bairro — bairro de Santa Inês, bairro Monte Cristo, São Roque. Ou seja, além do braço repressor, tem o olhar do Estado também. Está se vendo que serviço de educação, cultura não tem chegado com qualidade.

Temos que ter uma preocupação muito grande com os adolescentes, com o jovem negro, porque o índice de jovens de 8 a 11 anos de estudo aumentou, em Itabuna, 375%. São dados de um diagnóstico sobre a criminalidade e a violência feita aqui nesta cidade por Alan Azevedo. Trezentos e oitenta e sete por cento é o índice de criminalidade para jovens de 8 a 11 anos de estudo. Então, temos que ter atenção.

Talvez vocês não saibam, mas as nossas escolas... Eu trabalho numa escola estadual aqui em Itabuna, está lá loteada: raio A, raio B. As salas de aula estão loteadas, só para vocês terem uma ideia. Raio A e raio B é coisa de presídio, mas as nossas salas de aula já estão loteadas também.

Então, são coisas alarmantes que têm que ser levadas em consideração.



Nunca se fez tanta audiência pública em Itabuna, mas esta tem que ser levada a sério, porque esta lida diretamente com a vida, a vida de um povo, de um genocídio que está matando gradativamente um povo neste País.

Para terminar, eu quero dizer para vocês que a população negra sempre foi colocada em segundo plano aqui no Brasil, desde o período da escravidão. Então, isso é uma questão histórica. É uma questão histórica que está sendo discutida agora. Por quê? Por pressão dos movimentos negros e também por pressão dos organismos internacionais. Teve um conselho interamericano de direitos humanos que... O Brasil reconheceu agora, recentemente, que há um genocídio, porque isso sempre foi negado. Noventa e sete por cento das pessoas dizem que tem racismo no Brasil. Pergunte: “*Você é racista?*” “*Não, não sou.*” Cadê?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Davidson Magalhães) - Conclua, Robenilson.

O SR. ROBENILSON TORRES - Então, isso a gente vê no dia a dia, numa vaga de emprego, quando o branco é escolhido; nas nossas escolas, nas piadinhas. “*Ai, isso é coisa de preto.*” “*Ah! o preto correndo é ladrão.*” Então, isso entra na cabeça também do policial militar.

É preciso que se desmilitarize a polícia. É preciso também que se acabe com esse cheque em branco, que é o auto de resistência. É um cheque em branco, é onde o Estado tem licença para matar. É preciso que se acabe com isso. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Davidson Magalhães) - Com a palavra Rafael Batista e, depois, Lucivânia. São 3 minutos.

O SR. RAFAEL BATISTA - Eu vou procurar ser breve, porque as várias falas me contemplaram, porque a gente sabe que essa questão é uma questão que tem de ser debatida de fato.

Parabenizo toda a Mesa, parabenizo este momento, que é um momento de fundamental importância para Itabuna e para a região.

Proponho aqui que a gente consiga tirar uma agenda no território, porque não tem como se avançar, só Itabuna avançar. O território todo tem que estar avançando junto, e os Municípios do entorno, até porque essa questão não só afeta Itabuna, mas Itajuípe, Ilhéus, todos os Municípios que estão no entorno. Todos eles precisam ter um olhar atento sobre isso.



Nós vivemos um momento que é muito sério na política brasileira, que é este momento deste Congresso Nacional, que é bastante conservador. Viemos de uma onda desde 64, e agora elegemos um Congresso mais conservador, o qual a gente chama de bancada BBB, que é a bancada da bala, da Bíblia e do boi. E é importante colocar isso, por quê? Porque essas pautas têm que ser fundamentais e têm que estar no grito do movimento social, têm que estar na boca do povo. Por quê? Porque a gente tem uma política hoje que nega direitos e a gente precisa avançar nesse sentido.

Todos os pontos foram tocados: fim do auto da resistência, a nova política sobre drogas, que é uma coisa que a gente precisa discutir. A política sobre drogas hoje que nós temos é uma política falida. Precisamos rediscutir essa política.

Uma coisa que não foi debatida bastante, mas que eu dou ênfase, é a questão da mídia; democratizar os meios de comunicação. (*Palmas.*) Nós sabemos que temos uma mídia que é seletiva, porque quando morre um jovem branco, que está lá nas manchetes, que está lá nos noticiários de TV, a sociedade se comove, e aí a mídia vem com o debate da redução da maioria penal. (*Palmas.*) A população compra esse discurso justamente por não ter conhecimento do debate sobre as políticas, sobre o ECA, sobre todas as políticas que a juventude precisa e que a juventude garantir.

Então, a minha fala é neste sentido: vamos criar uma agenda territorial que possa discutir essa pauta não só em Itabuna, mas que abranja todo o território. E que esta Comissão não termine por aqui, mas que ela continue avançando nas discussões e nas pautas.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Davidson Magalhães) - Muito obrigado a você também.

Com a palavra Lucivânia. Logo depois, Lula Palmeira.

Nós já estamos terminando. Estão faltando três.

A SRA. LUCIVÂNIA NASCIMENTO DOS SANTOS - Boa noite a todas e a todos.

Eu me senti contemplada em boa parte das falas aqui quando se fala na necessidade de desmilitarizar a Polícia Militar, porque eu sou moradora da periferia



e eu sei que o Estado só se faz presente no meu bairro quando ele vai levar força de repressão. A gente não vê uma equipe entrando para divulgar política social de cultura, de integração dos jovens, de lazer e de esporte. A gente vê equipes do Estado entrando, com armas na mão, armas pesadas, e fazendo o famoso “baculejo” em adolescentes. (*Palmas.*)

Esses adolescentes são negros, esses adolescentes são mestiços, e a mídia reforça o discurso de reduzir a maioria penal quando fica dizendo que é menor, mas o Estatuto da Criança e do Adolescente protege porque é menor. Então, o que essa mídia pretende? Que o adolescente deixe de ser protegido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente?

O que nós temos cometido com os nossos adolescentes já é uma violência. Desde quando ele nasce é segregado socioespacialmente, porque a cidade está dividida em duas. (*Palmas.*) A cidade está dividida em duas, e em todo o Brasil! A gente tem que combater essa segregação, porque a criança que nasce nos bairros adjacentes ao centro não tem as mesmas oportunidades e as mesmas condições de moradia que a criança que nasce na periferia, onde o esgoto corre a céu aberto, onde a perspectiva de vida é ingressar no tráfico de drogas, é usar uma arma. O *status* que ela alcança, que ela pode alcançar, com perspectiva, não é um diploma; é assumir uma boca de fumo, é ter como *status* ter uma moto. A gente sabe muito bem que as pessoas que aparecem nesses programas de TV e nesses *blogs* são negras e mestiças. Ninguém entrevista o traficante internacional. (*Palmas.*) A gente sabe que morador da periferia não tem helicóptero, não tem avião e a gente tem que saber diferenciar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Davidson Magalhães) - Dois minutos.

A SRA. LUCIVÂNIA NASCIMENTO DOS SANTOS - O que se está fazendo agora é tentar combater a violência com mais violência, reforçando o discurso de que tem que reduzir a maioria penal para solucionar o problema da violência, cujas vítimas são os próprios que eles querem reduzir a maioria penal. Já se começa a entrar no crime, na criminalidade como vítima do crime e vítima de um Estado que segrega, de uma sociedade que marginaliza desde a infância. Vocês querem o quê? Reduzir a maioria penal para 12 anos, para 11 anos?



A gente tem que cumprir nosso papel. Não cumprir nosso papel e delegar ao adolescente a nossa responsabilidade não é só covardia; é a pior forma de violência que o Brasil poderia cometer com os nossos jovens. *(Palmas.)*

Esse discurso eu tenho assistido diariamente na televisão, nos programas de TV, e alguém veio aqui defender a mídia, a imprensa. Temos liberdade de imprensa, mas temos que respeitar o Estatuto da Criança e do Adolescente. E essa imprensa tem reforçado esse discurso contra o Estatuto da Criança e do Adolescente. Se a gente quiser aqui, a gente pode até citar nomes.

É isso. *(Palmas.)*

(O povo não é bobo, abaixo a Rede Globo!)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Davidson Magalhães) - Obrigado.

Com a palavra Lula Palmeira, por 3 minutos. Depois a Profa. Saskya.

O SR. LULA PALMEIRA - Boa noite, Davidson, Beбето...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Davidson Magalhães) - Antes, quero registrar a presença da minha amiga Sueli, que está ali representando a APLB Sindicato.

Parabéns, Profa. Sueli. *(Palmas.)*

O SR. LULA PALMEIRA - Quero parabenizar a Mesa por essa ação.

Guigui, você está por aí, Guigui?

Eu vou fazer como ele: ele começou cantando, eu também vou cantar.

*“É preciso amar as pessoas
Como se não houvesse amanhã
Porque se você parar pra pensar,
Na verdade não há.”*

É isso aí.

Eu acho, no meu entender, que somos todos vítimas da violência. Todos: periferia, centro da cidade, ricos, pobres, brancos, negros, índios, mulheres, todos. E o que está faltando realmente nas pessoas são quatro letras: o amor. Isso acabou, gente! Não existe mais isso, independente de todas essas questões que foram citadas aqui.

O ser humano, infelizmente, é o único que sabe matar por prazer. Se ele é policial, se não é, se é traficante, se não é, não importa: falta amor nos nossos corações; falta Deus, falta família, certo?



Eu fiquei muito alegre quando o Wenceslau, o Vice-Prefeito, falou aqui que há políticas culturais já existentes na cidade. Mas existem também, Davidson — eu sei que você sabe disso, você é um cara com quem eu tive o prazer de trabalhar, sei da sua competência e da sua perseverança —, artistas na cidade que estão dispostos a estar nas periferias, no centro da cidade, mas que estão marginalizados também, alguns jogados nas drogas por não terem oportunidade de estar ajudando a própria periferia. Guigui é um exemplo disso, porque é um cara batalhador. Ali, no Maria Pinheiro, desenvolve um trabalho interessantíssimo, tirando os jovens das drogas, alimentando a cultura, fazendo com que essas pessoas tenham uma expectativa de futuro.

Eu fico aqui desejando que esta Comissão, Davidson, leve à frente. E você, Beбето, tem essa importância em nos representar com relação à violência da nossa cidade... Porque é muito triste quando a gente ouve, no cenário nacional, dizer que Itabuna é a cidade mais violenta no Brasil, é onde se matam mais jovens e negros no Brasil. Isso é muito triste.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Davidson Magalhães) - Dois minutos.

O SR. LULA PALMEIRA - Eu queria deixar uma sugestão: se vocês interferirem nesse processo junto ao Município, que pegassem essas pessoas que estão hoje até passando dificuldades, que são fomentadoras de cultura, e as colocassem na periferia, no centro da cidade, para poderem disseminar não só a paz, mas o amor, o que está faltando para a gente. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Davidson Magalhães) - Muito bem, Lulinha! *(Palmas.)*

Com a palavra a Profa. Saskya. Depois, Célia Evangelista.

A SASKYA MIRANDA LOPES - Boa noite a todas e a todos.

Quero saudar a Mesa na figura dos Deputados, mas, na verdade, eu quero saudar todos aqui na figura de D. Rosângela, mãe de Nadson, primeiro, por ser mulher.

Como já foi pontuado, eu fui contemplada nesta fala, enquanto representante do Conselho da Mulher de Itabuna, à ausência de uma mulher na Mesa, à ausência das mulheres que são vítimas também dessas violências, porque são elas que



perdem os filhos, os jovens negros que são assassinados. Então, precisam ser ouvidas e contempladas também.

Quero pontuar algumas coisas. Na verdade, já fui contemplada em muitas colocações aqui, mas quero registrar, por exemplo, que Itabuna é líder em homicídios de jovens negros desde 2009, sendo que, de 2009 a 2012, houve um aumento: simplesmente dobrou os índices de homicídios de adolescentes em Itabuna.

O índice de homicídio de adolescentes, que era de 1,8% a 2%, vai para 6,5% no final de 2012. Por que esse aumento? É preciso investigar. Por que, nesses 4 anos, os índices aumentam, dobram, de uma maneira absurda? É preciso entender quais políticas públicas, ou a ausência delas, existiram nesse período para que aumentasse tanto? Porque botar tudo na conta do tráfico é muito fácil. (*Palmas.*)

E aí você colocar a questão do tráfico como o culpado de tudo é retirar a responsabilidade da criação de políticas públicas, da educação, principalmente, e, aí, nesse ponto, é importante colocar algumas pesquisas feitas por Alba Zaluar, Sérgio Adorno, que é do NEV — Núcleo de Estudos da Violência de São Paulo —, de que é a desigualdade o verdadeiro motivo da violência. E minimizar essa desigualdade se dá através, principalmente, da educação.

Então, o País que é para ser a Pátria educadora se encontra com quadros como o que aconteceu no Paraná, com os professores, como foram tratados. Acontece em Itabuna, como esta semana, os professores, o Município brigando por melhores condições, reconhecimento dos seus salários. (*Palmas.*) No Estado, as estaduais todas em greve.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Davidson Magalhães) - Dois minutos.

A SRA. SASKYA MIRANDA LOPES - Como é que nós vamos ter um crescimento desse jovem, esse acesso a uma mobilidade social, se a educação e os professores são tratados da forma que são tratados?

(*Ininteligível.*) vem dizer que, no sistema capitalista no qual nós vivemos, se o indivíduo não é um bom consumidor, se ele não é um bom trabalhador, uma mão de obra qualificada, só resta a ele, no inconsciente coletivo, o seguinte: só resta a ele prender ou morrer. Isso está subliminarmente na mente da polícia e da sociedade que aplaude os *blogs* e os programas que ficam espremendo sangue todo dia.



Então, é preciso também fazermos o nosso mea-culpa, aqueles que legitimam tudo isso. É preciso, sim, políticas públicas nas periferias e em todos os cantos da cidade. O ENCANTARTE, que realiza um trabalho com a juventude negra, guarda os instrumentos num banheiro desativado de uma escola que, quando chove, alaga. Isso não é condição de desenvolver um projeto social!

É preciso entender, também, que essas políticas públicas precisam ser implementadas com ações como o Juventude Viva. Que nós, sim... Eu tomei curso do Juventude Viva aqui em Itabuna. O Juventude Viva chegou em Itabuna. Agora, não sei por que ele não funciona, porque tem coordenadora nomeada, do Juventude Viva — é pena que a assistente social não esteja aqui. Nós tivemos curso com profissionais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Davidson Magalhães) - Três minutos.

A SRA. SASKYA MIRANDA LOPES - Eu participo também do Comitê de Promoção da Igualdade Racial, e nós tivemos curso de gestores; os gestores tiveram curso com representantes da SEPPIR do Juventude Viva. E o Juventude Viva não funciona em Itabuna.

É preciso funcionar e é preciso que essas políticas públicas alcancem a todos. É preciso saber por que o Juventude Viva não está funcionando em Itabuna. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Davidson Magalhães) - Saskya, inclusive, tem um Ouvidor do Ministério aqui. Depois você o procure e vamos saber a razão do porquê não está funcionando aquilo que era para estar funcionando.

Célia Evangelista.

A SRA. CÉLIA EVANGELISTA - Boa noite a todas e a todos. *(Palmas.)*

Eu gostaria de nos reconhecer como autoridade, sim. Quero saudar a plenária, na pessoa da Presidenta do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Ilhéus, Maria Regina, que está ali, e da Profa. Sueli, Presidenta do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Itabuna. *(Palmas.)*

Não podemos deixar de lembrar que, na equidade de gênero, Itabuna tem como a maior porcentagem de eleitores mulheres. Então, nós fomos quem elegemos as autoridades também aqui.



Depois, dizer para os Deputados que, provocado pela sociedade civil, que se sente coagida e perseguida por esse alto índice de violência, sendo uma pessoa mãe, mulher e avó, a gente precisa provocar os olhares das instituições, das autoridades, as autoridades constituídas pelo voto, e aí a gente já, realmente, valoriza esta oportunidade de estarmos aqui debatendo.

Quero dizer que somos a minoria. E quando digo minoria, eu me refiro a mulheres, negros, negras, homossexuais. Nessa violência, a gente tem crimes, em Itabuna, de mulheres e negros que não são pobres, mas empobrecidos por negação de direitos. Eu não gosto dessa palavra; eu me senti pobre. Eu sou empobrecida, uma mulher empobrecida. (*Palmas. Manifestação na plateia.*)

É uma grande região. Eu estou falando aqui em nome da Câmara Temática de Gênero, que compõe 26 Municípios. Alguns meninos e meninas estão aqui, dos Municípios de Itajuípe (*ininteligível*) já passou por aqui? E lá também tem índice de violência.

Uma cidade polo, como Itabuna, nessa quantidade de pessoas, tem essa necessidade; imaginem as outras cidades ou Municípios, Srs. Deputados? Então, é preciso estar ouvindo e propondo ações.

Depois, dizer também que a violência é institucional. Quando uma mãe está com o seu filho morto nos braços, ou vendo lá, ela vai ao DPT e é violentada mais uma vez, lá no Ministério Público também, porque é humilhada e hostilizada, porque é negado o seu direito. E é direito, não é? É direito constituído. (*Palmas.*)

Depois, dizer que crime de homofobia, a gente fala, os homicídios de crimes de homofobia também são violência. A gente precisa ver que tem essas minorias e a gente não conta. (*Palmas.*) Precisamos contar muito.

Sendo mulher, mãe, militante, ativista no movimento de mulheres, já fui contemplada por alguns, mas gostaria de sugerir e propor a esta CPI, que está itinerante no Brasil todo, que tenha um olhar para as Câmaras de Vereadores — que pena, temos duas mulheres, mas temos, sim; poderiam estar compondo. E outros olhares para que possa ter o público feminino representativo, já que a gente fala de equidade de gênero, o.k.?

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Davidson Magalhães) - Muito bem.



Quero registrar também aqui a presença do Grupo Humanus e do Coletivo LGBT.

Sueli é a última inscrita — é a última inscrita e nós estamos seguindo, rigorosamente, as inscrições.

A SRA. SUELI MARIA DE SOUZA - Boa noite a todas e a todos.

Eu gostaria de saudar a Mesa na pessoa dos Deputados Federais Davidson Magalhães e Bebeto — é muito bom revê-lo, ouviu, Bebeto? Que bom! Eu não poderia deixar de falar neste momento justamente para saudar os dois.

Quero dizer que esta audiência pública foi de uma representatividade muito significativa: se fizeram presentes aqui os três Poderes — Executivo, Legislativo e Judiciário; as instituições sociais também se fizeram presentes e se pronunciaram — família, escola, da qual eu participo; igreja e Estado.

O que me traz aqui é justamente solicitar dos Deputados Federais que estão aqui, e nós temos, assim, uma grande felicidade, porque eles já começam o seu trabalho legislativo com poder significativo. Há 60 dias, aproximadamente, nós da APPI/APLB Sindicato e do CONSEDAMI, que é o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Itabuna, fazíamos o seguinte apelo a Davidson Magalhães, que estava aqui — ouviu Bebeto? —, no momento que estava fazendo avaliação dos trabalhos que ele está realizando já na Assembleia Legislativa. Nós solicitamos que Davidson Magalhães servisse — e você também, Bebeto — de intermediário, que fizesse essa ponte com o Poder Legislativo federal para que nós possamos diminuir a violência que atinge os nossos jovens.

Até porque eu pertenço à educação pública estadual, à educação básica, fundamental e ensino médio, e a escola pública é justamente o laboratório vivo onde todos os indicadores sociais são presentes, e nós, professores, nós, educadores, temos ainda uma fragilidade de lidar com essa questão da violência, com a questão do tráfico, com a questão do usuário de droga.

O investimento público deve ser muito mais voltado para a escola. Por que a escola? Porque a escola é justamente essa instituição que representa toda a sociedade. Não se faz combate à violência se não melhorar a qualidade da educação.



Eu gostaria de pedir um pouco mais de tempo, porque a educação tem um poder muito significativo.

Passaram aqui, por esta tribuna, vários jovens que já foram os meus alunos. Eu fico bastante, assim, gratificada por estar sentindo que essa continuação minha está sendo através dos jovens, onde na educação nós precisamos falar sobre ética, sobre moral...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Davidson Magalhães) - Tempo, Sueli.

A SRA. SUELI MARIA DE SOUZA - ... falar sobre os valores da sociedade, a questão da família, fortalecer a família. Não se resolve problema de violência sem o fortalecimento da família.

É preciso que a empregabilidade seja garantida. Nós tivemos agora um tapa com esse PL 4.043. Foi um tapa para todos nós, entendeu? Temos um outro tapa aí que temos que reverter o quadro, que é a redução da idade penal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Davidson Magalhães) - Sueli, o tempo.

A SRA. SUELI MARIA DE SOUZA - Não se resolve problema de violência juvenil fazendo esse tipo de atualização da lei penal. Isso não é atualização da lei penal. Nós, educadores, somos contra a redução penal para 16 anos.

Outra coisa que gostaríamos de pedir aqui encarecidamente: a questão das verbas públicas. Nós temos que garantir 10% do PIB; nós temos que garantir os 75% dos *royalties*.

Enfim, é com educação, é com fortalecimento da família, é com fortalecimento do Estado, é com a garantia da atualização da Polícia Militar, da atualização da mesma; é à segurança deste País que nós precisamos estar voltados.

Gente, se fosse para falar sobre os anseios que nós temos, seria uma noite, um dia, um mês, um ano.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Davidson Magalhães) - O tempo terminou.

A SRA. SUELI MARIA DE SOUZA – Mas, como não é possível, deixo aqui o nosso sentimento de duas entidades da qual eu estou fazendo parte, que é a APPI/APLB Sindicato e o CONSEDAMI.

O nosso muito obrigada e até a próxima, porque acreditamos que este não é o único momento. Obrigada. (*Palmas.*)



O SR. PRESIDENTE (Deputado Davidson Magalhães) - Olha, tem o último orador, que é o pessoal do Humanus e do Coletivo...

O SR. UIGUE SOUZA - Flores Astrais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Davidson Magalhães) - Nós abrimos esse espaço de 3 minutos.

Por favor, como é o seu nome?

O SR. UIGUE SOUZA - Uigue.

Não vou me estender muito. Eu venho aqui, hoje, representando as bichas pretas de Itabuna, porque foram esquecidas. (*Palmas.*) Em todas as falas aqui, ninguém falou das travestis que estão em situação de rua; das *gays* que morrem e são agredidas pela polícia, são estupradas, o que acontece muito. Inclusive, um jovem, em Itacaré, foi encontrado morto e com inúmeras camisinhas utilizadas no corpo dele. Foi um crime homofóbico que é registrado como crime comum. Isso não contribui para as estatísticas. Por isso, nós não temos estatísticas oficiais para o número de crimes homofóbicos — desculpem, estou um pouco nervoso.

Precisamos combater essa sociedade cissexista, racista, machista, LGBTfóbica; lembrar que somos todos seres humanos. Como o Lula Palmeira disse, e concordo muito com ele, precisamos amar, mas, antes disso, precisamos sermos deixados viver.

É isso. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Davidson Magalhães) - O nosso amigo Pezão, sindicalista, e esses presidentes do sindicato... Acompanhou tudo, não é amiga? É isso aí.

Olha, só 1 minutinho, só 1 minutinho. Toda a gravação desse material vai estar disponível na página da cpi.violenciacontrajovens@camara.leg.br e, também, se vocês tiverem sugestões em função desse debate — e surgiram diversas opiniões aqui —, vocês podem também enviar pelo endereço edemocracia.camara.gov.br.

Então, são dois espaços de discussão. E vocês terão acesso a toda essa gravação. Todo o material resultante deste debate já vai estar disponível na segunda-feira.



Gente, nós estamos encerrando esta audiência. Queria agradecer a participação de todos e de todas, na pessoa do Nailton e de sua esposa, Rosângela. Em nome de vocês dois, agradeço a todos pela participação.

Quando saímos do Império para a República, o primeiro produto legislativo que construímos não foi uma constituição, foi um Código Penal. E nesse Código Penal já havia — prestem atenção a isso, a juventude que está presente — a previsão da maioridade penal a partir dos nove anos de idade.

Portanto, o que se quer é um retrocesso ao Império, pois foi exatamente lá que tínhamos a herança escravista do período colonial.

Portanto, eu gostaria de agradecer a participação de todos, agradecer aos funcionários e às funcionárias da Câmara dos Deputados que estiveram aqui presentes pelo trabalho desenvolvido. Espero que tenham um bom retorno.

Espero que a gente tenha contribuído. Estamos eu e o Deputado Bebeto representando a CPI. São vários membros de diversos Estados, e vou ler aqui o nome de todos: Deputado André Moura, Deputado Bacelar, que é da Bahia, Deputado Bebeto, Deputada Benedita da Silva, Deputado Betinho Gomes, Deputado Celso Jacob, Deputada Conceição Sampaio, Deputado Damião Feliciano, Deputado Darcísio Perondi, Deputado Davidson Magalhães, Deputado Delegado Éder Mauro, Deputado Dr. Jorge Silva, Deputado Evair de Melo, Deputado Glauber Braga, Deputada Iracema Portella, Deputado Jean Wyllys, Deputado Luiz Couto, Deputada Mariana Carvalho, Deputado Orlando Silva, Deputado Paulão, Deputado Reginaldo Lopes, que é o nosso Presidente, Deputada Rosângela Gomes, que é a nossa Relatora, Deputado Sóstenes Cavalcante, Deputado Wilson Filho e Deputado Zé Silva.

Portanto, agradeço a presença a todos vocês. Esperamos que o trabalho e, com certeza, a contribuição que foi dada a este debate sirvam para tirarmos conclusões importantes para combatermos esse verdadeiro genocídio contra os nossos jovens negros e empobrecidos pela condição social. Um abraço. Obrigado.
(Palmas.)

Declaro encerrada a reunião.